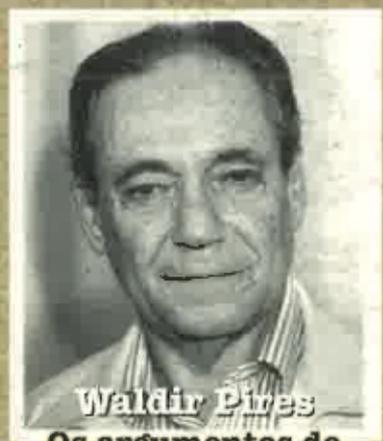


0152088

Revista AduSP

Ano 1 • Nº 2

Associação dos Docentes da USP - Seção Sindical da Andes - SN Abril 1995



Waldir Pires

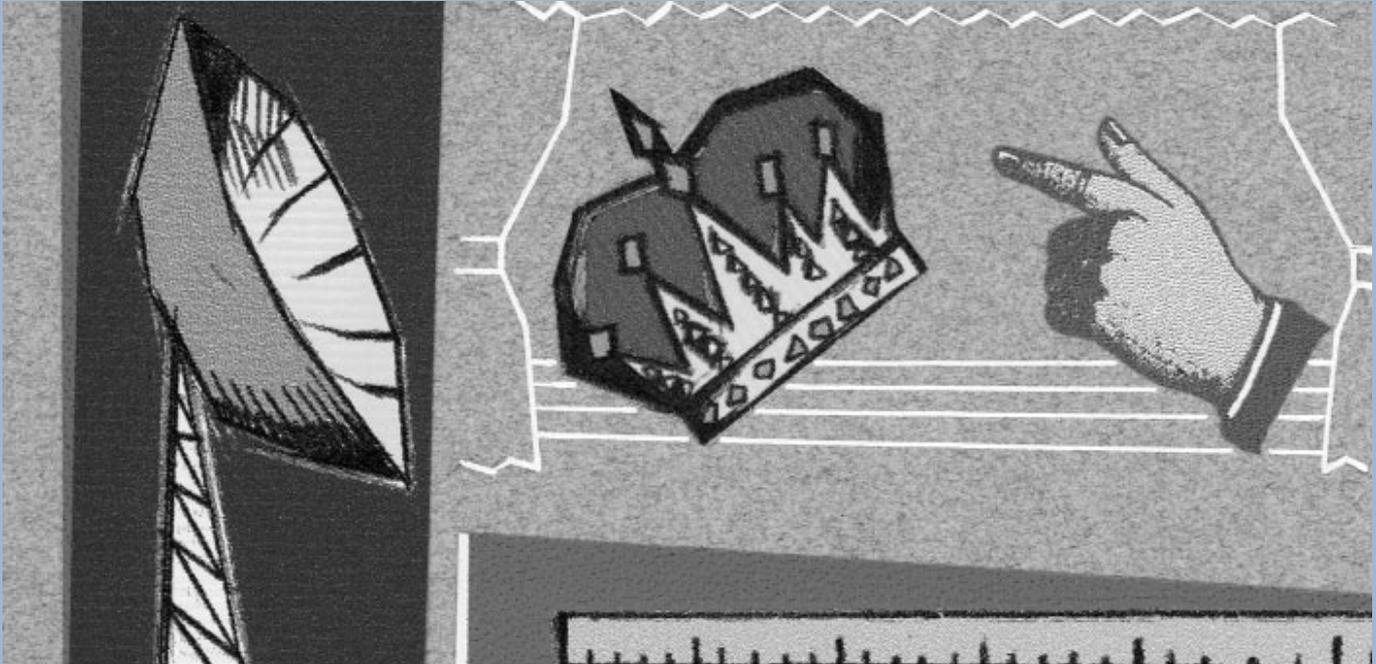
Os argumentos de falência da Previdência são fruto da desinformação

USP

O VERDADEIRO PERFIL DOS DOCENTES



APRESENTAÇÃO



No Brasil convencionou-se dizer que a Previdência está quebrada. Esta alegação sempre foi justificativa para negar o aumento do salário mínimo, afastar a possibilidade de melhorias nos benefícios pagos aos aposentados (os 147% da era Collor são um bom exemplo) e justificar o mau atendimento na área de saúde. A privatização sempre é apontada como a tábua de salvação para esta 'eterna crise'. A questão se torna mais grave, neste momento, com a perspectiva de perdas de benefícios através da reforma previdenciária. Isso se reflete no fato de que uma parcela significativa dos professores da USP está solicitando a contagem de tempo de serviço para requerer aposentadoria, temendo as conseqüências da reforma. A Revista *Adusp* debate esta questão com o ex-ministro da Previdência, Waldir Pires. Para ele, a solução dos problemas está na implantação de um gerenciamento eficaz e não na reforma da Constituição. Este, porém, não é o único problema que atinge diretamente os docentes da Universidade de São Paulo. Os baixos salários também. Uma reportagem mostra que está faltando salário no fim do mês. E que, além da docência, os professores têm de se dedicar à arte do equilibrismo orçamentário para chegar ao dia do pagamento. Além destas matérias, a revista traz artigos analisando a adesão de parte da esquerda ao governo FHC, uma avaliação do Plano Real e a senilidade precoce da USP, que completa 60 anos.

DIRETORIA

Otaviano Helene, Zilda Iokoi, Francisco Miraglia, Lígia C.M. Machado, Luis Carlos de Sá Rocha, Décio Crisol Donha, Primavera Borelli, Marcos Nereu Arenales, Benedito Honório Machado, José Nivaldo Garcia, Evaldo L. Titto.

Comissão Editorial

Adilson O. Citelli, Bernardo Kucinski, Heloísa Daruiz Borsari, Jair Borin, José Luiz Fiorin, Khaled Goubar, Lígia Marcondes Machado, Nilza Nunes da Silva, Roberto Mitio Yanaguita.

Editor: Marcos Luiz Cripa vd

Editoração eletrônica: Maria Cristina Waligora e Luís Ricardo Câmara

Capa: Argeu Godoy / Mia

Foto da Capa: Cláudio Versiani/Abril

Ilustrações: Osvaldo e Maringoni

Projeto Gráfico: Dmag - Artes Gráficas

Revisão: Helen Frolidi

Secretaria: Alexandra Moretti Carillo e Rogério Yamamoto.

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Fotolitos: Paper Express

Gráfica: Bandeirante

Tiragem: 4.500 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

Cidade Universitária - São Paulo -SP

CEP 05508-900

Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466

Fax: (011) 814-1715

A **Revista Adusp** é uma publicação trimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas desde que os textos inéditos, sejam entregues em disquete, e tenham, no mínimo, dez mil e, no máximo, vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial que decidirá sobre seu aproveitamento.

ÍNDICE

6

A ESQUERDA E O GOVERNO FHC

Oswaldo Coggiola

11

O REAL E O MITO

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

15

O CARÁTER DISCRIMINATÓRIO DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Sandra Zákia Lian Sousa

18

A QUEM INTERESSA A GLOBALIZAÇÃO

Wagner Costa Ribeiro

22

Entrevista WALDIR PIRES

27

O REI TOR E OS CAVALEIROS DA TÁVOLA QUADRADA

José Marcelino de Rezende Pinto

32

Reportagem NA USP, SER CIENTISTA É FAZER VOTO DE POBREZA

Robinson Sasaki e Ana Sanchez

37

A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL

José Carlos Rocha

A ESQUERDA E O GOVERNO FHC

*“A cultura não precisa de ministérios”
Jean-Paul Sartre.*



Oswaldo Coggiola, professor do Departamento de História, aponta o deslumbramento de pessoas ligadas à esquerda com o governo Fernando Henrique Cardoso. Três meses após assumir o cargo de presidente, FHC finge que governa e a esquerda finge que faz oposição.

Há muito mais do que fascínio pessoal na revoada de súbitas adesões à esquerda conquistadas pelo declaradamente “neo-liberal” Fernando Henrique Cardoso, logo após a sua vitória eleitoral. O sociólogo Francisco J. Weffort, ex (primeiro) secretário-geral do PT, justificou sua decisão de incorporar-se ao gabinete de FHC em considerações de ordem pessoal (o “respeito”, a “admiração” e a “amizade” que o unem ao seu ex-professor e colega) apresentando aquela decisão como sendo de “foro íntimo”. Mas Weffort tinha sido membro da coordenação da campanha Lula, o que não é questão de “foro íntimo”. Seu longo e elaborado artigo “adesista” publicado a 4 de outubro pela *Folha de São Paulo* (entregue, portanto, ainda no fatídico 3 de outubro, quando sequer o resultado das eleições estava claro, e havia muita fraude a ser denunciada) só poderia, pelo tamanho e elaboração, ter sido escrito ainda em plena campanha eleitoral - ou seja, quando Weffort era ainda um dos 13 autores das *13 razões para votar em Lula*. Nada disto tem a ver com a “intimidade” de quem quer que seja, e torna mais notável o fato do PT ter aceito as explicações (o que implica, também, em aceitar o “explicado”) de Weffort. À luz disto tudo, revela-se como justificada a indignação do Prof. Bernardo Kucinski, da ECA-USP:

“Acho que a confusão que se está fazendo é entre o público e o privado. Weffort é uma personalidade pública e sua mudança de campo é um fato político que se dá na esfera pública. Isso exige explicações públicas de caráter político. Por esse motivo, creio

que o PT também deve explicações sobre as razões apresentadas por Weffort para pedir o desligamento, e as razões do PT para concedê-lo. O que Weffort apresentou até agora como ‘explicações’ e até ‘apoios’, do Lula, do Gilberto Carvalho, nada mais são do que gestos de cordialidade da cultura petista. E, ao contrário do que agora diz, Weffort participou sim da campanha. Afastou-se do comando, para o qual foi indicado por Lula, mas continuou participando das reuniões semanais do grupo de conjuntura e do programa de governo” (*Folha de São Paulo*, 24 de dezembro 1994).

Não se sabe o que FHC ganha ao ser comparado, intelectualmente, a Alberto Fujimori, matemático peruano, que resolveu sua ‘equação’ parlamentar através do sofisticado procedimento de suprimir o parlamento.

Ora, se as explicações “pessoais” de Weffort não “colam”, também não cola fazer do caso Weffort um caso pessoal. Logo depois, Irma Passoni também entrou no governo FHC, Augusto Franco no “Programa Comunidade Solidária”, de D. Ruth, e até o PT no governo (PMDB) de Rondônia. Weffort é a ponta de um *iceberg*. Não se trata de uma atitude isolada, sequer internacionalmente.

Perry Anderson e a “esperança” FHC

Pouco depois do início da aventura ministerial de Weffort, o bem conhecido marxista (ou me-

lhor, marxólogo) inglês Perry Anderson, autor de meritórios trabalhos mundialmente divulgados, que lhe conferiram uma espécie de aura de “consciência crítica” da esquerda internacional, publicou um artigo na *London Review of Books*, reproduzido no Brasil n’ *O Estado de São Paulo* de 25 de dezembro (talvez como presente de Natal), artigo todo ele posto sob a premissa que segue:

“Pela primeira vez na sua história, o País elegeu um presidente inequivocamente capaz de incluí-lo no mapa mundial. Quando assumir a presidência, em janeiro, Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida, será, do ponto de vista intelectual, o mais sofisticado chefe de Estado contemporâneo”.

Realmente, não se sabe o que FHC ganha ao ser comparado, intelectualmente, ao bêbado Boris Ieltsin, ao priápico Bill Clinton, ou, para ficar mais perto, ao brilhante matemático peruano, Alberto Fujimori (que resolveu sua ‘equação’ parlamentar através do sofisticado procedimento de suprimir o parlamento), ou ao inefável consumidor de tintura capilar, Carlitos Menem, do qual

nunca se soube se seu envolvimento familiar com o tráfico de drogas respondia a um interesse lucrativo ou à necessidade de consumo pessoal.

O artigo de Perry Anderson é, basicamente, um *racconto* bastante superficial dos avatares políticos brasileiros, desde a ditadura militar até a eleição de FHC. Chega a insinuar uma vocação brasileira para ter presidentes sociólogos, nascida com a própria República brasileira, em cuja bandeira os militares inscreveram a máxima “ordem e progresso” do pai da sociologia, Auguste Comte: esta genial descoberta serve para medir a qua-

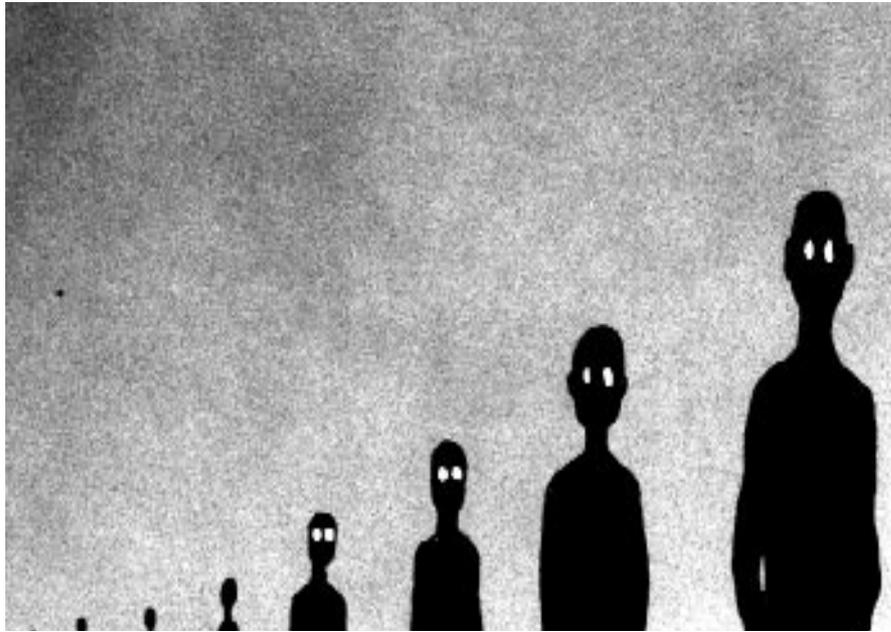
lidade do artigo. Mas Anderson não deixa de constatar que, se um vento histórico de raízes tão profundas empurrou a candidatura do “grande intelectual”, o signo modernizante que ela sinaliza (o artigo se intitula, nada menos, “FHC é a esperança de colocar o Brasil na História”) está em contradição com as alianças

políticas de FHC, feitas com os partidos que forneceram base política ao governo Collor e à própria ditadura militar, enfim, com os representantes das mais atrasadas oligarquias regionais: “raras vezes a direita brasileira se mobilizou a favor de um candidato de modo tão visível”, chega a afirmar Anderson.

Mas, constatar uma contradição, sem resolvê-la, deixando apenas um ponto de interrogação sobre o futuro (e, ainda por cima, esperançoso, como o revela o próprio título do artigo) significa que devemos nos interrogar sobre a própria realidade da contradição. Weffort, por sua vez, foi mais esperançoso ainda, embora não dispensasse o uso do condicional:

“Estaremos caminhando no sentido de uma economia mais desenvolvida e de uma sociedade menos injusta. Não é isto que se chama, em geral, de modernidade? Se for este o caminho, e eu sinceramente espero que assim seja, estas eleições de 1994 ficarão na nossa história, depois de 1930, como o início da nossa segunda revolução democrática” (*Folha de São Paulo*, 4 de outubro 1994).

Poucos dias depois, aceitando



o ministério da cultura, Weffort parece ter despejado suas últimas dúvidas.

Classe e política de FHC

O que falta em ambos os autores, e isso é surpreendente em se tratando de um “sociólogo” e um “marxista”, é uma análise da base de classe do governo FHC. A natureza dessa base está indicada pelas alianças (com os piores representantes do atraso e da opressão históricas do povo brasileiro) feitas por FHC para ganhar as eleições e constituir o seu governo. A independência de FHC em relação a essa base poderá ser grande ou pequena (por enquanto, quase nula) mas nunca absoluta. Pretender dar início, com essa base social, nada menos que a uma “revolução democrática” (!) seria, na boca de um desinformado, uma ingenuidade; na pena de um sociólogo, é um engodo.

Já a Anderson não parece ocorrer – e não é por falta de conhecimentos históricos – que a “modernidade” capitalista (“globalização”, ou como se queira chamar) comandada pelos centros imperiais, realiza-se, hoje como ontem, através da aliança com as classes dominantes dos

países atrasados; em especial seus setores mais retrógrados, justamente para perpetuar esse domínio imperial. É muitas vezes lembrado que o crescimento econômico brasileiro é, ao lado do da ex-URSS, o maior do século (sem falar da “modernização industrial” do período do “milagre”, com as

maiores taxas de crescimento do planeta); pois bem, nenhum desses feitos conseguiu eliminar as oligarquias nordestinas, com seus ACM, seus Collor e seus Maciel, nem as oligarquias do sul, com seus Roberto Marinho. Ao contrário! Levado isso em conta, não há contradição alguma entre ser o bem-quisto dos círculos “modernos” do “Primeiro Mundo”, e o amigo dos “coronéis” em casa (como o personagem de *El Recurso del Método*, de Alejo Carpentier). E pouco importa se os “coronéis” de hoje são donos de redes de TV e se mobilizam em jatos ou carros importados: a miséria social na qual se apoiam é pior hoje do que na época dos jêgues e dos engenhos: 62 milhões de pobres e indigentes, segundo cifras do IPEA; 30% dos trabalhadores (e suas famílias) vivem com a miséria de até um salário mínimo; 42% com até dois; 15% de desempregados; massacres das PMs em favelas e bairros periféricos; o Exército no Rio... Quando Perry Anderson afirma que “FHC será o melhor presidente que o Brasil já teve”, não se sabe se se trata de um elogio ou insulto.

Mas não é só análise sociológica que falta ao adesismo ou à es-

perança “de esquerda” em FHC: falta-lhe também análise política. Com efeito, é contraditório (para não dizer que se trata simplesmente de um abuso) afirmar simultaneamente que “o Plano Real elegeu FHC”, e que seu governo está para começar, ou só está começando: se ele foi o candidato do Plano e, do governo que o aplicou, isto significa que ele já governava antes da eleição, o que, no caso, é uma verdade literal, pois ninguém duvida quem dirigia o governo de Itamar Franco quando FHC era ministro da Fazenda (e quem dirigia a Fazenda quando FHC tornou-se candidato).

Nenhuma perspectiva sobre o governo FHC pode ser feita sem incluir o que FHC já fez, desde que começou a governar, tempos depois da queda de Collor. Sob este ângulo, o veto ao salário mínimo de R\$ 100 e a anistia a Lucena não aparecem como um ‘mau começo’ (portanto redimível), mas como uma continuidade lógica. A base social é a mesma, mas os benefícios dessa base no “período FHC” são de pôr no chinelo o antigo coronelato, a ditadura militar e até o governo Collor. A dívida tributária das empresas atinge metade do montante total da dívida externa:

“Tudo somado dá R\$ 57 bilhões, uma pilha de dinheiro para ninguém botar defeito. Para efeito de comparação: esses recursos, se efetivamente arrecadados, cobririam todo o déficit orçamentário potencial previsto pelo próprio governo para 1995 (R\$ 10 bilhões) e ainda sobriam R\$ 47 bilhões para investimentos” (*Folha de São Paulo*, 24 de dezembro 1994).

As mesmas empresas que se recusam a pagar impostos (en-

quanto os nossos já vêm descontados no hollerith) são as beneficiárias principais daquilo que o próprio Delfim Neto qualificou de “indecente”: o lançamento pelo Banco Central de títulos que dão aos especuladores a garantia de que, em caso de desvalorização do real, o especulador nada perde. O prejuízo fica com os cofres públicos brasileiros, ou seja, conosco, que pagamos impostos.

Como se isso fosse pouco, o governo FHC-Itamar, segundo

lucro, e, portanto, pagam Imposto de Renda. Ou seja, 65% das empresas registram prejuízos com o objetivo de não pagar imposto. Há um ‘estoque’ de prejuízos de R\$ 45 bilhões a ser descontado pelas empresas de seus impostos nos próximos cinco anos, segundo a Receita. Ele cresceu R\$ 4 bilhões no ano passado. O governo patrocina a festa. Às vezes grita e entrega a conta à massa que vive de salário” (*O Estado de São Paulo*, 25 de janeiro 1995).

O veto ao mínimo, o fim da estabilidade do funcionalismo público, as reformas reacionárias da previdência e da tributação, o sucateamento da saúde e do ensino públicos (tudo para “fechar as contas”, que são sistematicamente “abertas”, ou seja, furadas, pelos benefícios exigidos e concedidos ao conjunto das classes dominantes) estão a serviço desta orgia de super-lucros para os “investidores” (?) nacionais e estrangeiros. Quem tiver

dúvidas sobre o governo FHC, pode esquecê-las. Quem semeá-las com conhecimento de causa, pode ser considerado um impostor, como Anderson, quando finaliza seu artigo afirmando que “convém aguardar para ver no que vai dar”.

O papel da esquerda

E a esquerda, o que faz? O trecho mais significativo do já citado artigo de Weffort, onde se revela que sua participação no governo FHC nada tem de “pessoal”, sendo sim uma manobra destinada a construir uma “ponte” entre o governo e a esquerda, é aquele em que diz que FHC

Nenhuma perspectiva sobre o governo pode ser feita sem incluir o que FHC já fez, desde que começou a governar, tempos depois da queda de Collor. Sob este ângulo, o veto ao salário mínimo de R\$ 100 e a anistia a Lucena não aparecem como um ‘mau começo’, mas como uma continuidade lógica.

denúncia do jornalista José Casado, “ampliou em cerca de US\$ 1 bilhão, no ano passado, as doações de recursos públicos ao setor privado, sob a forma de benefícios tributários (84% via Impostos sobre a Renda e Produtos Industrializados). Quando dezembro terminou, o Tesouro tinha deixado no caixa das empresas nada menos que US\$ 5,9 bilhões, na forma de incentivos fiscais variados. Ou seja, doou 11,2% de sua receita anual de tributos. Isso equivale a meio Fundo Social de Emergência (FSE)... A Receita Federal acaba de confirmar, por escrito, aos líderes de partidos governistas no Congresso: Somente 35% das pessoas jurídicas apuram

“só poderá levar adiante as suas reformas se contar com uma oposição também reformista, talvez mais reformista do que ele. Esta oposição reformista estará sob a liderança do PT ou simplesmente não existirá”. Anderson, por sua vez, diz muito mais do que pensa quando afirma que “o PT será o fiel da balança do novo governo”.

O significativo aumento parlamentar do PT (46 deputados e 6 senadores), apresentado como “troféu de consolação” da derrota de Lula, é, na verdade, uma faca de dois gumes, que, por enquanto, só mostrou o seu pior. As classes dominantes são perfeitamente conscientes da fragilidade do “consenso social” estabelecido em torno de FHC: afinal das contas, ele só foi votado por 35% do padrão eleitoral (já incluído o enorme número de votos “de cabresto”) e seus índices de popularidade despencaram pela metade só no primeiro mês de governo. A integração da oposição de esquerda aparece, assim, como um objetivo vital para a estabilidade política do governo FHC e do próprio regime capitalista na atual etapa.

O crescente peso dos parlamentares (e também dos dois governadores eleitos pelo partido, que receberam no segundo turno o apoio do próprio FHC) inclina a balança interna do PT no sentido dessa integração. Isto não é preconceito ideológico nem antiparlamentar. O próprio jornal dos Mesquita, que lançou pestes contra o PT durante mais de uma década, registra agora, com satisfação, no seu editorial:

“O ex-líder do partido na Câmara, deputado José Fortunatti, possui cacife político para informar à imprensa que ‘Luiza Erundina tem proposta de estabilidade igual à do ministro Bresser’ (com referência explícita de que estabilidade está reservada às

‘funções típicas de Estado’), mas que ‘com certeza’ o PT fará oposição programática ao governo. Os tempos do partido do contra acabaram, anuncia o ex-líder, sem medo de patrulhamentos de qualquer espécie. A situação mudou de tal modo que o deputado não descarta nem mesmo a participação no governo. Os termos foram claros: “De jeito nenhum agora... mas o futuro a Deus pertence”, (*O Estado de São Paulo*, 26 de janeiro 1995). O grande paradoxo é que o PT, que era a ‘grande esperança’ da esquerda passa (no mesmo momento em

***O grande paradoxo é que o PT,
que era a ‘grande esperança’
da esquerda, passa a ser
considerado uma esperança
pela direita capitalista.***

que parte da esquerda começa a acreditar na “esperança” FHC) a ser considerado uma esperança pela direita capitalista.

O conteúdo desta valorização é claro: a participação nesta reforma, num Congresso dominado pela direita, que encampa os projetos reacionários de FHC, equivalerá a jogar o papel de “oposição de Sua Majestade”, contribuindo a dar legitimidade política à reforma. O episódio Weffort, nesse quadro, deixa de ser um caso isolado (embora Weffort já não pertença ao PT) e se junta à qualificação feita por Suplicy do gabinete FHC (“de excelente qualidade”) e a outras (como a participação do PT no governo PMDB de Rondônia).

As conseqüências disto não são para o “futuro”, mas se veri-

ficam já no dia-a-dia da atividade sindical e parlamentar. Vicentinho ingressou no Conselho de Administração das Empresas de Energia do Estado (Cesp, CPFL, Eletropaulo e Comgás) justo quando estas empresas procedem a uma onda de demissões, “quebrando a até então firme decisão do PT de não participar do governo Covas”, segundo o *Estado*. Através ou a reboque do PT, a maioria da esquerda vai entrando no imenso “partido da ordem” que se constitui no Brasil, sob a liderança de FHC.

Não foi um “xiita radical”, mas o colunista Carlos Heitor Cony, quem denunciou que a única oposição ao vergonhoso empréstimo brasileiro destinado a cobrir o rombo financeiro deixado no México pelos especuladores internacionais veio de... Esperidião Amin: “O senador Amin não dispõe de estrutura nem militância para botar o povo nas ruas protestando contra o empréstimo. Essas coisas ficavam a cargo do PT, que está de braços cruzados, esperando outros convites do presidente para, docemente constrangido, ceder novos Wefforts à causa da modernidade neoliberal. A omissão do PT é mais ruínosa para sua imagem do que a controvertida ajuda financeira que aceitou durante a campanha. A menos que já esteja pagando com o atual silêncio o preço da ajuda recebida” (*Folha de São Paulo*, 3 de fevereiro 1995). Que esta denúncia seja feita por um colunista da *Folha*, e não pela esquerda ou pelo movimento dos trabalhadores, é coisa que deve causar mais preocupação do que indignação.

Para o movimento operário e sindical, o dilema de ferro é: ficar de braços cruzados diante desta evolução, ou estruturar uma oposição sobre bases classistas contra o governo FHC e a decomposição capitalista da nação brasileira.

O REAL E O MITO

*Efeito Tequila, Orloff, Caipirinha. Mais uma dose e o Brasil pode não resistir aos sobressaltos dos desajustes da economia. E mais grave ainda, ancorado num plano que apresenta furos em sua concepção original. O professor **Carlos Alonso Barbosa de Oliveira**, do Instituto de Economia da Unicamp, analisa os oito primeiros meses do plano econômico que levou FHC à presidência e a ofensiva neoliberal na América Latina.*



No momento em que escrevo este artigo, nota-se o esforço dos meios de comunicação e dos agentes oficiais para dissipar as nuvens de desconfiança que pairam sobre o plano real. Na imprensa, as bombásticas notícias sobre a crise econômica mexicana logo foram substituídas pelas denúncias de corrupção e criminalidade no governo e no PRI, dando a entender que as turbulências vivi-

das pelo país seriam de responsabilidade exclusiva de cucarachos pouco sérios e com inclinações criminosas. Da Argentina, chegam informações de que o Ministro Cavallo teria conseguido os bilhões de dólares necessários para superar a iminente bancarrota do país. Já o Brasil, garantem os meios oficiais, é diferente do México.

Passaram a nos impingir a seguinte avaliação: como somos diferentes do México, restaria ao Brasil

dar continuidade ao plano real com as reformas constitucionais. A curto prazo, a recente vitória sobre os movimentos especulativos contra o real reforçaria a postura oficial de que bastariam cosméticas mudanças na política cambial e a concessão de certos favores fiscais aos exportadores para ajustar as contas externas do país.

Antes de contestar essa superficial e ligeira afirmação, é necessário explicitar a natureza do projeto de reorganização econômica em curso na América Latina. Elaborado ao longo dos anos 80, esse projeto foi implementado pioneiramente no México e posteriormente na Argentina, países que passaram a ser apontados como exemplos para o Brasil. Desprezando eventuais diferenças estruturais entre as economias nacionais, recomendava-se: abertura comercial e financeira; banco central independente, oferta de moeda vinculada às reservas internacionais e a fixação de paridade cambial; corte de gastos públicos, privatização de empresas e eliminação da regulamentação estatal sobre a economia, liberando inclusive o funcionamento do mercado de trabalho.

Representantes de instituições financeiras internacionais públicas e privadas, banqueiros e empresários juntamente com os responsáveis pela política econômica na América Latina nos garantiam que esse programa era o passaporte para a modernidade, o instrumento de liberação da região das mazelas do populismo estatizante. A abertura financeira com estabilidade propiciaria o ingresso de capitais necessários ao nosso desenvolvimento. A liberdade de comércio, ademais de constituir alavanca para a contenção de preços internos, exporia o parque produtivo à saudável concorrência internacional, impulsionando os investimentos portadores de progresso técnico. A privatização de empresas estatais, o corte de gastos e a redução do tamanho do estado permitiriam o saneamento financeiro do setor público, que, acompanhado por rígida política monetária e pela âncora cambial, seria condição para a definitiva vitória contra a inflação.

Após uma década de inflação, estagnação e impotência do Estado atolado em crise financeira, delineava-se então um plano que prometia não somente desenvolvimento econômico sem inflação, mas também justiça social com a eliminação de privilégios e cartórios. E assim pavimentou-se o caminho para o

projeto neoliberal na América Latina. Lamentavelmente, seus resultados têm sido completamente diferentes de suas promessas. A abertura comercial, com a moeda nacional valorizada frente ao dólar, logo provoca déficits comerciais que passam a ser financiados com capitais externos. As altas taxas de juros praticadas para atrair esses capitais, juntamente com a maciça importação de produtos estrangeiros, tornam as aplicações financeiras mais atraentes, inibindo os investimentos na maioria dos setores produtivos.

Os recursos obtidos com as privatizações não são canalizados para investimentos em infra-estrutura

ou em novas plantas produtivas públicas ou privadas, mas, na melhor das hipóteses, reduzem temporariamente a dívida pública, a qual é permanentemente incrementada dadas as altas taxas de juros praticadas. O corte dos gastos públicos deteriora as políticas sociais e em seu nome trata-se de eliminar conquistas na previdência social. As empresas, com a valorização da moeda nacional, com as altas taxas de juros e a deterioração da infra-estrutura, encontram dificuldades para

manter suas exportações ou sua participação no mercado nacional. Atuando em linha de menor resistência, passam a encarar como insuportável a carga tributária e pedem redução de impostos, o que agrava a situação financeira do Estado. Manifestam-se também contra antigas conquistas trabalhistas, ou contra o que denominam de regulamentações do mercado de trabalho e, no Brasil, empresários lutam pela eliminação dos "encargos sociais", listando como tal, férias, décimo terceiro salário, descanso semanal remunerado etc. Ou seja, em nome da competitividade internacional trata-se de reduzir a renda do trabalhador, num país em que o custo laboral (que inclui salário e encargos sociais) é um dos mais baixos do mundo.

É evidente que o projeto neoliberal na América Latina não conduz ao crescimento auto-sustentado, já que a taxa global de investimento não se eleva. Os investimentos em alguns setores não chegam a compensar o fechamento ou redução nos níveis de atividades das empresas mais débeis, incapazes de concorrerem com a produção importada ou de continuarem exportando. E o capital privado tem se mostrado pouco disposto a substituir o setor público nos

***O projeto neoliberal na América
Latina não conduz ao crescimento
auto-sustentado, já que a taxa
global de investimento não se
eleva. Os investimentos em
alguns setores não chegam a
compensar o fechamento ou
redução nos níveis de atividades
das empresas mais débeis.***

investimentos em infra-estrutura. A incapacidade de elevar a taxa global de investimento por si só traz graves conseqüências sociais, já que o crescimento sustentado é condição não somente para criar novos postos de trabalho como para a elevação dos salários. Por outro lado, a abertura comercial indiscriminada, em países com relativo atraso, exige a redução da carga tributária, mostrando-se assim incompatível com políticas sociais mais avançadas.

E foi assim que as coisas se comportaram no México e Argentina, apesar de certas diferenças entre os dois países. As condições sociais deterioraram-se e o setor produtivo mostrou-se incapaz de respostas modernizantes. Não se verificaram as previsões dos ideólogos conservadores de que a estabilidade monetária e a concorrência externa impulsionariam os investimentos, tornando competitivo o aparelho industrial. Os exportadores encontravam dificuldades em vender seus produtos no exterior, ao mesmo tempo que os países eram inundados por produtos importados, o que tornava a balança de comércio com o exterior deficitária. Como a situação do mercado internacional de capitais era favorável a partir de 1990, esse déficit podia ser financiado por aplicações de curto prazo remuneradas com altas taxas de juros.

Esse arranjo possibilitou a expansão econômica baseada no consumo e até vitórias eleitorais. Para o funcionamento do modelo era essencial o afluxo de capitais externos, mas sua vulnerabilidade era evidente: Argentina e México não conseguiam aumentar suficientemente suas exportações. Como, então, honrariam seus compromissos externos? Surpreendentemente, por anos a fio, o espírito de cassino que domina o jogo financeiro internacional e as altas taxas de juros impulsionaram os aplicadores a investir nesses países. Mas, como em todo movimento especulativo, subitamente as tendências se invertem e a fuga de capitais precipita-se. E assim, o México foi lançado no que talvez se constitua a pior crise de sua história, cujo custo em miséria e sofrimento será inaudito.

O eufemismo que designava os países latino-americanos como mercados emergentes escondia, simplesmente, que a região tornara-se presa de gigantesco movimento especulativo internacional. E nesse

jogo é evidente que os políticos mexicanos eram simples peões, já que o comando estaria com banqueiros, agentes financeiros internacionais públicos e privados juntamente com tecnocratas latino-americanos, geralmente formados nas mais afamadas universidades dos Estados Unidos. E fica claro, também, que o compromisso desse capital especulativo internacional restringe-se a seus ganhos imediatos, de curto prazo, já que há muito não tem pátria nem mantém relações com a produção material. O surpreendente é que seu projeto tenha sido vendido como modelo de racionalidade econômica, como pasaporte para o futuro na América Latina

***Como em todo movimento especulativo,
subitamente as tendências se invertem
e a fuga de capitais precipita-se. E
assim, o México foi lançado no que
talvez se constitua a pior crise de sua
história, cujo custo em miséria e
sofrimento será inaudito.***

Na crise dos anos 70 no Brasil, um ministro, candidamente, afirmava que o país era uma ilha de prosperidade em meio às turbulências da economia internacional. Hoje, diz-se que somos diferentes do México. Entretanto, desde a introdução do real, nosso déficit comercial é persistente e crescente, estimando-se um saldo negativo de 1,2 bilhão de dólares em fevereiro; e a fuga de capitais, somente nos 12

primeiros dias de março teria alcançado mais de três bilhões de dólares. Nossas exportações mostram-se insuficientes e o déficit comercial, tal como no caso do México e Argentina, depende ou do financiamento externo, que agora mostra-se arredo, ou então da queima de reservas.

Assim, parece que a nossa diferença com o México resume-se no fato de ainda possuímos reservas. Os que assim pensam, convenientemente se esquecem de que em fins de 1993 o México também detinha alto volume de reservas. E é evidente que sem profundas mudanças logo nossas reservas se esgotariam, precipitando-se a crise cambial.

A reação oficial, entretanto, resumiu-se em elevar as taxas de juros, impor controles sobre o comércio exterior e desvalorizar o real. Ora, essas medidas ou são insuficientes para evitar a crise das contas externas, ou provocariam recessão e a volta da inflação. E, o que é mais importante, a promessa de que os investidores no país poderiam contar com a abundante oferta de crédito, resultante do financiamento externo do déficit comercial, parece também irrealizável. E dadas as altas taxas de juros internas, o crescimento sustentado torna-se inatingível.

Assim, ao contrário das promessas de campanha, de crescimento com estabilidade, muito provavelmente, teremos inflação e recessão; ao invés de consumidores beneficiados com importações baratas, teremos controles sobre o comércio externo; ao invés dos prometidos investimentos lastreados nas reservas, teremos fugas de capitais e altas taxas de juros, que continuam a transferir riqueza aos rentistas parasitários. E não cabe a justificativa de que o governo foi pego de surpresa pela crise mexicana, pois a crise foi insistentemente anunciada por economistas não comprometidos com a decantada globalização.

Tal como a Social Democracia alemã às vésperas da ascensão de Hitler, nossos pretensos sociodemocratas parecem acreditar que existe uma única possibilidade de política econômica: aquela sugerida pelos conservadores. Mas, a incompatibilidade do programa neoliberal com programas sociais é evidente, e começa agora a manifestar-se no país, quando o governo elabora suas propostas de reforma constitucional.

As chamadas reformas estruturais são apresentadas como elemento essencial do plano real, como única alternativa para colocar o país definitivamente nos eixos. Um de seus objetivos centrais parece ser a eliminação do déficit público, com a qual a estabilidade seria alcançada. Esquecem-se, mais uma vez, das lições do México, país que ajustou seu setor público, eliminando os déficits há anos, e nem por isto conseguiu evitar a crise cambial

E o viés pouco democrático que orienta o governo já é visível no projeto de reforma previdenciária, no qual, em nome da justiça social, propõem-se cortes de benefícios de certas camadas da população. É evidente que a distribuição dos recursos não é justa, mas um governo social democrata deveria não somente eliminar essas injustiças, mas, principalmente, utilizar a reforma para reduzir desigualdades no seio da própria sociedade.

Neste caso, não seria aceitável partir-se da receita como um dado e redistribuir benefícios, já que se sabe que os níveis de evasão e sonegação são altíssimos. O que se impõe como medida fundamental seria a ampla reforma da máquina previdenciária para restaurar sua capacidade de arrecadação. Seriam assim penalizados os sonegadores, que eufemisticamente são chamados de informais, e que em grande

parte compõem camadas de mais alta renda. Como contrapartida teriam vigência condições mais justas na concorrência intercapitalista, prejudicada atualmente pelas vantagens que os sonegadores levam.

Na questão fiscal, o governo esmera-se nos cortes de gastos e propõe mudanças na tributação, mas nada fala sobre evasão e sonegação. Não se dispõe a restaurar a capacidade impositiva da Receita Federal, o que também é válido para os governos estaduais. Não é por acaso que o secretário Osires Lopes pagou caro sua disposição de fazer cumprir a lei, combatendo a sonegação. E os empresários que cumprem suas obrigações fiscais e que reclamam da carga tributária têm o dever de apoiar programas deste tipo, pois restaurada a capacidade de arrecadação, poderiam ser até reduzidas as alíquotas.

É sabido que, em qualquer sociedade minimamente democrática, a exação fiscal é elemento fundamental para a redução

das desigualdades sociais, para alterar a distribuição primária da renda e beneficiar as camadas mais desfavorecidas. E este mecanismo, no Brasil, até hoje não foi aparelhado nesta direção. Não é por acaso que o perfil da distribuição de renda no país é um dos mais injustos do mundo.

Também não seria próprio de um governo social democrata tornar os investimentos no país dependentes dos voláteis movimentos de capitais especulativos internacionais. Restaria, então, para atingir o crescimento sustentado, enquadrar a riqueza financeira nacional, penalizar o consumo das camadas mais ricas, formando,

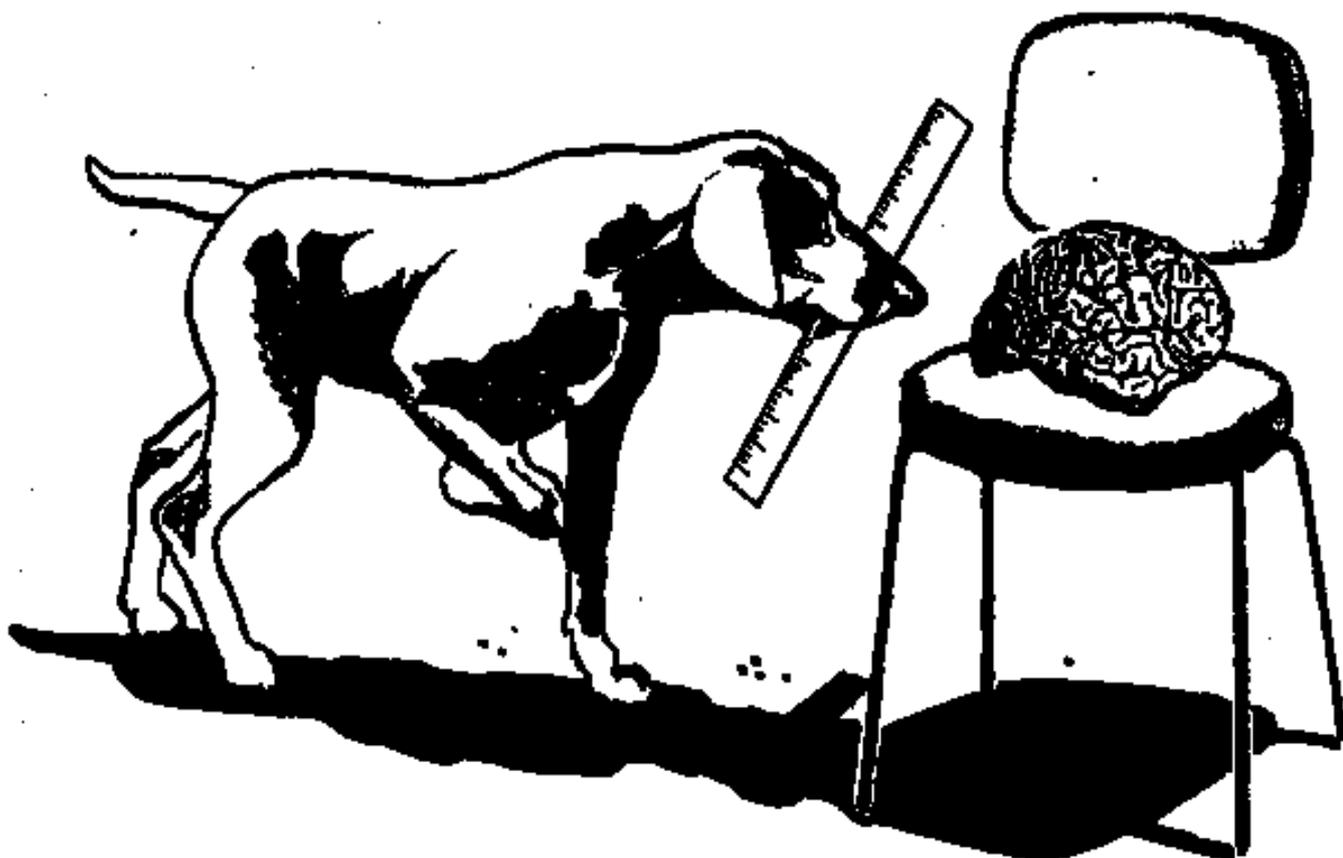
assim, fundos compulsórios de poupança para garantir o crédito de longo prazo, a juros compatíveis, para os investimentos produtivos. Garantida a rentabilidade e viabilidade dos investimentos produtivos, o capital estrangeiro acorreria com investimentos diretos de risco, substituindo, então, os capitais especulativos.

Assim, ao contrário da postura liberal, a reorganização econômica, para garantir um mínimo de estabilidade e justiça social, exige um salto qualitativo na capacidade estatal de coordenação e regulação. E a atual desordem internacional, ou globalização como querem os apologetas, também reclama novas instituições reguladoras e sem as quais as crises seriam inevitáveis.



O CARÁTER DISCRIMINATÓRIO DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Sandra Zákia Lian Sousa



A questão do caráter discricionário da avaliação do rendimento escolar tem sua origem no conhecimento de iniciativas que vêm sendo conduzidas no país, pelo Ministério da Educação e por Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, para avaliação do ensino público.

Refiro-me às propostas voltadas para o controle de qualidade de ensino, que tomam, como um dos indicadores de qualidade, o desempenho dos alunos em testes de rendimento escolar, a exemplo daquela implementada, em âmbito nacional, pelo Ministério da Educação (Sistema de Avaliação do Ensino Básico, implantado em 1990 pelo MEC/INEP). Propostas dessa natureza, ao que parece, tendem a ser fortalecidas pelo governo federal, tendo sido a avaliação das escolas elencada pelo presidente da República, como uma dentre as cinco “providências” a serem tomadas para garantia de “educação de qualidade”. A “avaliação das escolas” é assim compreendida:

“A quinta providência é avaliar escolas. Todo ano o Ministério da Educação vai aplicar testes em alunos de todo o Brasil, não para aprová-los ou reprová-los, mas para ver se as escolas estão ensinando bem, verificar quais são os pontos fracos do ensino e premiar as escolas que apresentarem os melhores resultados”. (Pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 7 de fevereiro deste ano e publicado na Folha de S. Paulo no dia seguinte).

Desafios aos educadores

Para além de observar que “avaliar escolas” certamente impõe a consideração de outros indicadores que, não apenas, o desempenho de alunos em testes, considero necessário estarmos

atentos para as implicações educacionais e sociais do fortalecimento de uma concepção de avaliação escolar que se restringe a procedimentos de testagem do rendimento dos alunos e que tem evidenciado desserviços, quando se tem como propósito a democratização da escola.

Discutir essas iniciativas, desde os princípios em que se assentam até as conseqüências que podem decorrer de sua implantação, é um dos desafios que hoje se colocam aos educadores, particularmente àqueles que já vêm sistematizando conhecimentos e análises na área da avaliação educacional.

Analisei, recentemente, diversas pesquisas que se voltaram a caracterização e análise de significados e práticas de avaliação do rendimento do aluno, em escolas brasileiras e que trouxeram elementos que permitem aclarar o sentido de que vem se revestindo a avaliação tal como vem sendo implementada, revelando, ainda, significados dessa prática para professores, alunos e outros profissionais da educação.

Ritual injusto e improdutivo

Um dos aspectos evidenciados nestas pesquisas é que a avaliação na escola tem sido interpretada, basicamente, como a aplicação de “provas” aos alunos, associada a atribuição de nota ou conceito e a decisão de promoção ou retenção do aluno. Em conseqüência, os alunos não se sentem comprometidos com o processo de aquisição e produção do conhecimento mas, antes, com a conquista de pontos que lhes garantam aprovação, o que nem sempre significa a ocorrência de aprendizagem. A finalidade classificatória se sobrepõe a análise, reformulação e redirecionamento do trabalho desenvolvido.

Ou seja, a avaliação, tal como predominantemente vem sendo con-

cebida e interpretada, não tem servido para diagnóstico e estímulo ao avanço do conhecimento, não tem se constituído em um processo de investigação que apóie decisões e propostas de ações visando o aprimoramento do trabalho, que seria sua função eminentemente educacional.

Foi recorrente, nos estudos que se voltaram a interpretar significados de avaliação no contexto escolar, a denúncia de que esta tem se constituído em um mecanismo de legitimação do fracasso escolar. Confundindo-se com o procedimento de atribuição de notas, de seleção dos alunos com condições de serem promovidos para séries subseqüentes, a aprovação ou reprovação do aluno constitui o foco central do processo de avaliação e na finalidade do próprio processo de ensino-aprendizagem. Os alunos não discutem o que estão aprendendo, se estão aprendendo mas, que nota tiraram, em que disciplina estão com ou sem “média”, quantos pontos faltam para “fechar com média”.

Ainda, a avaliação se caracteriza como instrumento de controle e adaptação das condutas educacionais e sociais dos alunos. Trabalha-se com o aluno em direção à adequação e à submissão a padrões e expectativas definidas pela escola, os quais, no entanto, não levam em conta as características do aluno como grupo social. O saber escolar é transmitido de forma desvinculada da cultura de origem dos alunos, e a avaliação visa verificar o domínio desse saber, que não é o das camadas populares da sociedade de que se origina a maioria dos alunos da escola pública. Assim, estes alunos tendem a ser excluídos, convertendo-se desigualdades sociais em fracasso escolar, sob um discurso de que a todos são dadas iguais oportunidades educacionais, mas são os alunos

que se comportam de maneira diversa. Caracteriza-se a avaliação como um ritual improdutivo pedagogicamente e injusto socialmente.

Ameaça à democratização do ensino

Os aspectos suscitante mencionados ilustram contribuições trazidas por pesquisas realizadas, nos últimos anos, no Brasil, sobre avaliação escolar. Ao evidenciar como a hegemonia é produzida na escola através das práticas avaliativas, formais e informais, presentes no seu cotidiano, alteram para os limites de uma visão eminentemente técnica da avaliação, evidenciando sua dimensão política. Entendida como um instrumento político, a avaliação tanto pode servir à democratização da educação, como pode ser utilizada como instrumento de discriminação social. Sua forma, seu conteúdo, o uso que se fizer de seus resultados, podem servir a um ou a outro propósito.

É desse entendimento que emergem indagações que, a meu ver, merecem ser exploradas, em relação a iniciativas de utilização de testagem de rendimento dos alunos como instrumento possibilitador da melhoria do ensino, como as que se seguem:

a) A concepção de avaliação de aprendizagem que está sendo fortalecida não é aquela que, sob a aparência de seleção técnica, opera a seletividade social na escola, como vêm mostrando as investigações? Que critérios orientam a seleção e organização do conhecimento a ser legitimado pelos testes de rendimento escolar?

- b) Sob o duvidoso suposto de que uma comparação entre as escolas, por meio de testagem de rendimento do aluno, constitui-se em estímulo para melhoria de ensino, não se está ampliando o caráter discriminador da avaliação? Ou seja, para além da avaliação a serviço da seleção dos alunos “fortes” e “fracos”, implanta-se a avaliação a serviço da classificação das escolas “fortes” e “fracas”.
- c) Que implicações tal classificação pode ter na implementação de políticas públicas? Direcionar esforços e recur-

solos para a melhoria das “escolas fracas” ou para promoção de “ilhas de excelência”?

- d) Que reflexos pode ter o uso desses resultados na carreira docente e, conseqüente, na relação do docente/escola com os alunos “fracos”? A esperança de premiações e o medo de punições não podem resultar em intensificação do processo seletivo que já ocorre na escola, “expulsando-se” delas os alunos que não revelarem probabilidade de se saírem bem nos testes?
- e) Como serão ponderadas,

- f) Que projeto político ideológico norteia a opção de órgãos coordenadores de políticas educacionais por uma perspectiva de classificação das escolas que, certamente, concorre para o individualismo e competição entre elas?

O levantamento dessas indagações não reflete uma descrença na importância de que sejam conduzidas avaliações que subsidiem a definição e implementação de políticas públicas, capazes de viabilizar a universalização do ensino com qualidade. Revela, no entanto, o entendimento de que as propostas, em andamento, têm implicações que podem vir a comprometer a concretização do próprio propósito em que se apoiam a democratização do ensino.

Por fim, observo que o sucesso ou o fracasso dos alunos em testes de rendimento escolar não se coloca como uma questão individual. Expressa, para além do sucesso ou fracasso da escola, a política educacional implementada, o que remete à análise dos princípios, prioridades, condições e ações responsáveis pela produção de um ensino com tal ou qual qualidade no limite, podendo vir a significar um descompromisso do Poder Público com suas responsabilidades na área educacional.

Sandra Zákia Lian Sousa é professora da Faculdade de Educação da USP.

O sucesso ou o fracasso dos alunos em testes de rendimento escolar não se coloca como uma questão individual. Expressa, para além do sucesso ou fracasso da escola, a política educacional implementada, o que remete à análise dos princípios, prioridades, condições e ações responsáveis.

A QUEM INTERESSA A GLOBALIZAÇÃO

Wagner Costa Ribeiro



Quando vivenciamos um processo de alteração na divisão internacional e territorial do trabalho, realocando investimentos e redefinindo potências econômicas e financeiras, faz-se necessário discutir quais os aspectos que levaram à emergência de centros produtores de tecnologia e como ficam os países periféricos na economia “global”. Além disso, quais são as matrizes que permitem elaborarmos teorias que expliquem esta dinâmica? Diante destas matrizes, nos indagamos: vivemos em um país global?

No debate sobre a globalização não temos encontrado análises que consideram os fragmentos que ele acarreta. Ao contrário, ressaltam-se as suas vantagens aparentes, porém sem configurá-la com maior precisão. Associada aos sistemas de comunicação por satélite, às redes de informática, a novos processos produtivos e à articulação do sistema financeiro, a globalização, para alguns, firmou-se como um paradigma dos tempos hodiernos.

Poderíamos definir a globalização, como um estilo de vida em configuração, no qual os agentes centrais seriam os consumidores (de informação e de

produtos). Ressalvado o exagero geográfico que o termo global acarreta, pois, na verdade, estamos diante da possibilidade de acessar valores da sociedade de consumo, rapidamente, em qualquer parte do planeta que disponha de um aparelho de TV que capte as mensagens dos satélites ou de um computador ligado em rede; sabemos que não são todos os lugares do mundo que dispõem destas condições, esteja este lugar no centro ou na periferia do sistema internacional. Os consumidores, distribuídos por muitas partes do mundo, transpõem as barreiras geográficas e as diferenças de nacionalidade, étnicas e religiosas, para estabelecerem uma nova identidade internacional, erroneamente classificada como global. São os cidadãos do mundo, que estão no centro, mesmo que, eventualmente, vivam na periferia. Uma certa “cultura global” é instalada, passando desde os prêmios da Academia de Cinema de Hollywood, pelos megashows, pelos carros mundiais, pelos inúmeros campeonatos esportivos mundiais (a impressão que se tem é que vivemos em constante competição) até os “papers” mais atuais sobre determinado campo do conhecimento. Esta cultura global revela-se, ao contrário do que se poderia imaginar, fragmentada e circunscrita a circuitos, nem sempre abertos. Qual é o pesquisador que consegue acompanhar os avanços do conhecimento em áreas distintas da sua? Qual é o número de cinéfilos que prefere a lista de concorrentes de Cannes à de Berlim? Quem, por exemplo, acompanhou o último campeonato mundial de esqui na neve? Entre nós, brasileiros, com certeza o interesse por esta competição não deve ter sido grande, ainda que tenha passado na TVA. É difícil ser um cidadão global, não acha? Ninguém se interessa por tudo que é classificado como global.

Uma outra maneira sintética de definirmos a globalização diz respeito aos processos produtivos. A disponibilidade de novos recursos tecnológicos alterou os critérios que definiam a localização de unidades produtivas, na década de 80. Vantagens antes significativas, como a disponibilidade de matéria-prima, deixam de ser relevantes. Os novos materiais dispensam o uso intensivo de matéria-prima, na escala em que os processos produtivos anteriores demandavam. Atualmente, são consideradas outras premissas que definem um país como atraente aos investidores diretos. As facilidades de remessa de lucros, aliada a isenções fiscais tornam-se os pontos de inflexão dos investimentos. Paralelamente, é necessário dispor de mão-de-obra qualificada, disciplinada e barata. Ao mesmo tempo, a divisão internacional e territorial do trabalho acentuou-se ainda mais, pois os dispositivos tecnológicos permitem que se produza a uma escala bastante elevada, especializando os lugares em fabricantes de partes que compõem uma determinada mercadoria. Associada à

melhora nos sistemas de transportes, a divisão internacional e territorial do trabalho configura linhas de produção de mercadorias que reúnem muitos países do mundo, definindo territorialidades próprias que transpassam as fronteiras nacionais. Assim, temos disponíveis para o consumo produtos internacionalizados não apenas pela clássica distinção entre ramos, mas também pela efetiva divisão técnica e territorial do trabalho que circunda cada produto mundial. Também aqui, a globalização, neste caso da produção, é um exagero, posto que as territorialidades articulam parte dos países do mundo.

Outro quesito a ser considerado no processo de globalização é a capacitação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), pois daí advém a inovação tecnológica, esteio da competitividade que se apregoa necessária para um país conquistar um lugar de destaque no mercado mundial. Na inovação reside a pesquisa científica e tecnológica, exigindo mão-de-obra mais qualificada. É o momento da idealização do produto, desde o seu processamento, passando pela sua distribuição, enfim, por todas as etapas necessárias da produção à realização da mercadoria. Para os empresários, tem-se inovação quando se aplica uma determinada tecnologia em escala produtiva. Isto é, para chegar-se à inovação não basta o conhecimento básico, mas também a sua viabilidade econômica. Sendo assim, Ciência e Tecnologia (C&T) foram incorporadas como mercadoria, na atual forma de reprodução ampliada do capital. Uma mercadoria particular, pois depende de investimentos elevados e, muitas vezes, a fundo perdido, além da disponibilidade de capital humano, isto é, de trabalhadores capacitados científica e tecnicamente para propor alterações na produção, tanto em nível de processos para determinado produto, quanto para diversificar a lista de produtos da empresa.

Do ponto de vista do mercado financeiro internacional, talvez tenhamos uma configuração mais precisa da globalização. Segundo divulga-se, a existência de uma massa de dinheiro especulativo ronda os mercados financeiros nacionais à busca de remuneração rápida. O ingresso e saída desse capital financeiro agudiza e/ou ameniza a situação do balanço de pagamentos de países periféricos, por exemplo. Entretanto, a ligação, via informática, dos diversos centros financeiros do mundo, permite que as reações sejam sentidas em todo o sistema financeiro internacional, como vimos na recente crise mexicana ou na quebra do Banco Barings. A flutuação da moeda dos EUA também afeta a dinâmica financeira mundial, já que ela permanece como a medida das relações comerciais e financeiras. Desta maneira, poderíamos definir a globalização financeira como uma sensível rede de especuladores, que reproduzem seus investimentos alijando-os da produção, vorazes por oportunidades de fazerem di-

neiro rápido. O termo global traduziria esta disposição de ir a qualquer parte do planeta que permita alcançar aquele intento.

Considerando as referências acima, como fica a posição do Brasil diante deste processo de globalização? O primeiro aspecto que vamos comentar é o da inserção do Brasil no sistema financeiro internacional. O plano de estabilização em vigor aumentou as taxas de juros, além de valorizar o Real frente ao dólar. Isto atraiu os investidores especulativos externos, fato que é incontestável tanto para o governo quanto para a oposição. A questão que permanece, pois só os fatos vindouros poderão afirmar quem estava correto, é se nossas reservas constituem-se apenas de capital especulativo, como brada a oposição, ou não, como argumenta o governo. A participação do Brasil na globalização do sistema financeiro pode ser apreendida também com a recente crise do México, com a queda das bolsas e a saída de recursos.

Por outro lado, se conferirmos a pauta de exportações brasileiras verificamos que os produtos com baixo valor agregado predominam, inclusive aqueles que servem como matéria-prima para a produção, alcançando preços baixos. Já os produtos industrializados, apesar de produzidos no Brasil, em muitos casos, como acontece com os automóveis, repatriam divisas às transnacionais, esvaindo parte da riqueza gerada no país. Estas constatações não deixam o país numa posição confortável à luz do processo de "globalização da produção".

Do ponto de vista de cidadãos do mundo, tal qual o sentido exposto, não resta dúvida que estamos presentes na onda da globalização. Há brasileiros que freqüentam o circuito das descobertas e novidades do reino do consumo. Entretanto, o reino do consumo está longe de pelo menos 30 milhões de famintos e de outra imensa parcela da população assalariada deste país. Se o indicador for o nível de emprego, também estamos na onda da globalização, em especial pela abertura do mercado que se verifica desde o início dos anos 90. Cada produto importado comprado no Brasil assegura o emprego do

trabalhador do país que o produziu. O consumo de produtos importados no Brasil colabora para garantir o nível de emprego dos países produtores, ao mesmo tempo em que ameaça a ocupação de trabalhadores de alguns segmentos do setor produtivo do País. Assim, as camadas abastadas da população brasileira que se integram à cultura global, embora bastante reduzidas se comparadas ao total da população do país, colaboram com a sustentação das condições de vida dos países que nos exportam mercadorias. São os mesmos brasileiros com poder aquisitivo para comprar o que é produzido no Brasil e não o estão fazendo, que agravam o desemprego interno.

Diante de uma concorrência com os similares nacionais, com poucas e raras exceções, os importados apresentam melhor qualidade e melhor preço. Comentemos um pouco a qualidade e o preço dos produtos importados, em relação aos produzidos no país.

Inicialmente, vamos tratar do segundo fator. Os preços mais baixos que atraem os ávidos consumistas globais tupiniquins decorrem

da própria escala em que são produzidas as mercadorias que adentram o território brasileiro. Como já dissemos, a elevada produtividade que os recursos técnicos empregados na produção permitem alcançar, barateia os custos fixos da produção, diminuindo o preço final. Em outros casos, o custo da mão-de-obra apresenta-se ainda mais baixo que o nosso, dando vantagem ao produto externo.

Porém, é no item qualidade que nossos produtos, também com raras e honrosas exceções, perdem ainda mais para os estrangeiros. A ausência de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), principalmente por parte do setor produtivo, vinculada a um protecionismo exagerado do mercado nacional, isolou-nos das inovações tecnológicas. Como resultado, temos poucas empresas que conseguiram obter indicadores de qualidade internacional. No caso do Brasil, também os agrupamentos empresariais transnacionais, de maneira geral, não investem em C&T, preferindo montar equipamentos e produtos já defasados tecnologicamente.



Isto não quer dizer que as políticas de P&D fracassaram totalmente. Ao contrário do que se apregoa, elas chegaram a bom termo em alguns segmentos. A criação de uma base material para a implementação de um sistema de produção de C&T foi uma realização dos militares, que se iniciou antes mesmo deles se tornarem governo. A fundação do Centro Técnico da Aeronáutica (atual Centro Tecnológico Aeroespacial - CTA) e do Conselho Nacional de Pesquisas (o atual CNPq) firmaram o eixo da produção de C&T no país. Neste modelo, coube ao governo abrir empresas estatais em ramos considerados estratégicos, nas quais foi incentivada a produção de C&T. No caso brasileiro, o financiamento da C&T ficou por conta do Estado.

Os resultados desta política podem ser vistos em alguns segmentos. O setor de produção de aeronaves instalado no país, por exemplo, mostrou-se competitivo em determinados nichos do mercado (aliás, muito bem detectados). A tecnologia de extração de petróleo em águas profundas é outro exemplo bem sucedido. A produção de álcool como combustível, embora polêmica quanto ao custo da produção, é outra vitória no campo das inovações tecnológicas implementadas pelo país. Todas estas iniciativas resultaram de pesquisas desenvolvidas em instituições com caráter estatal. Foi na Embraer, então uma empresa estatal, que foram produzidos os aviões para vôos regionais que ganharam o mercado dos EUA e importantes segmentos do mercado europeu e latino-americano. A Petrobrás, uma estatal, desenvolveu a tecnologia para a extração em águas profundas. O caso do álcool deveu-se às iniciativas de pesquisadores do Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA) e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), ambos órgãos estatais de P&D. Poderíamos acrescentar os excelentes resultados conseguidos pela Embrapa, outro órgão estatal, no setor agrícola. Curioso notar que foi no setor público que se operou o desenvolvimento de alguma inovação importante no país. Cabe a pergunta: fossem empresas privadas, a Embraer e a Petrobrás teriam tido fôlego financeiro para bancar os custos das suas investigações?

O que queremos enfatizar aqui é que, nos setores que foram assistidos por políticas de P&D, os resultados foram positivos, ainda que se possa criticar algumas das estratégias adotadas. Portanto, dispomos

de alguma capacitação em C&T, que pode ser ampliada ainda mais, bastando investimentos e uma definição clara de objetivos a serem alcançados por uma política nacional de C&T, dentre os quais, a unânime necessidade de diminuir as diferenças sociais do Brasil.

A política de incentivar a emergência de indústrias de base tecnológica pautou-se no setor público, primeiramente, na instalação de uma base de P&D. Em seguida,

passou-se para a criação das estatais que demandavam C&T. Por fim, veio o incentivo à emergência das indústrias privadas do setor tecnológico, que prestariam serviços às estatais. As novas empresas de base tecnológica amparam-se na infraestrutura dos centros de pesquisa. Os pesquisadores, cujos salários são baixos, acabam por aceitar as ofertas de trabalho do segmento produtivo, redirecionando suas investigações. Com esta situação, inverte-se o fluxo da pesquisa, que deixa de ter um sentido especulativo e de acúmulo de conhecimento, para adquirir um cunho eminentemente aplicado. As Universidades passam a depender das demandas das empresas. E os novos empresários ganham incentivos e uma infraestrutura pública para constituírem suas empresas. Este processo, muitas vezes indicado como a única alternativa para o Brasil alcançar a propalada modernização competitiva vital na economia global, acaba por conferir novos privilégios privados a partir de recursos públicos, além de não alcançar

resultados da expressão dos anteriores. Outra consequência é o esvaziamento das fontes para a pesquisa pura, caminho inverso ao tomado pelos países mais avançados na produção de C&T.

Se é verdade que não podemos competir em todos os segmentos que a 'globalização da produção' introduz, que se projetem as potencialidades emergentes em P&D no país, para se proporem objetivos claros e exequíveis. Entretanto, quaisquer que venham a ser os objetivos do governo, devem contemplar um equilíbrio entre a pesquisa básica e a aplicada, para evitar as distorções do passado e para o futuro. O novo governo sabe disso, já que encontramos nele, do Presidente aos quadros dos escalões superiores, pesquisadores de Universidades e Centros de Pesquisa.

Wagner Costa Ribeiro é professor do Departamento de Geografia da FFLCH da USP.

Se é verdade que não podemos competir em todos os segmentos que a 'globalização da produção' introduz, que se projetem as potencialidades emergentes em P&D no país, para se proporem objetivos claros e exequíveis.

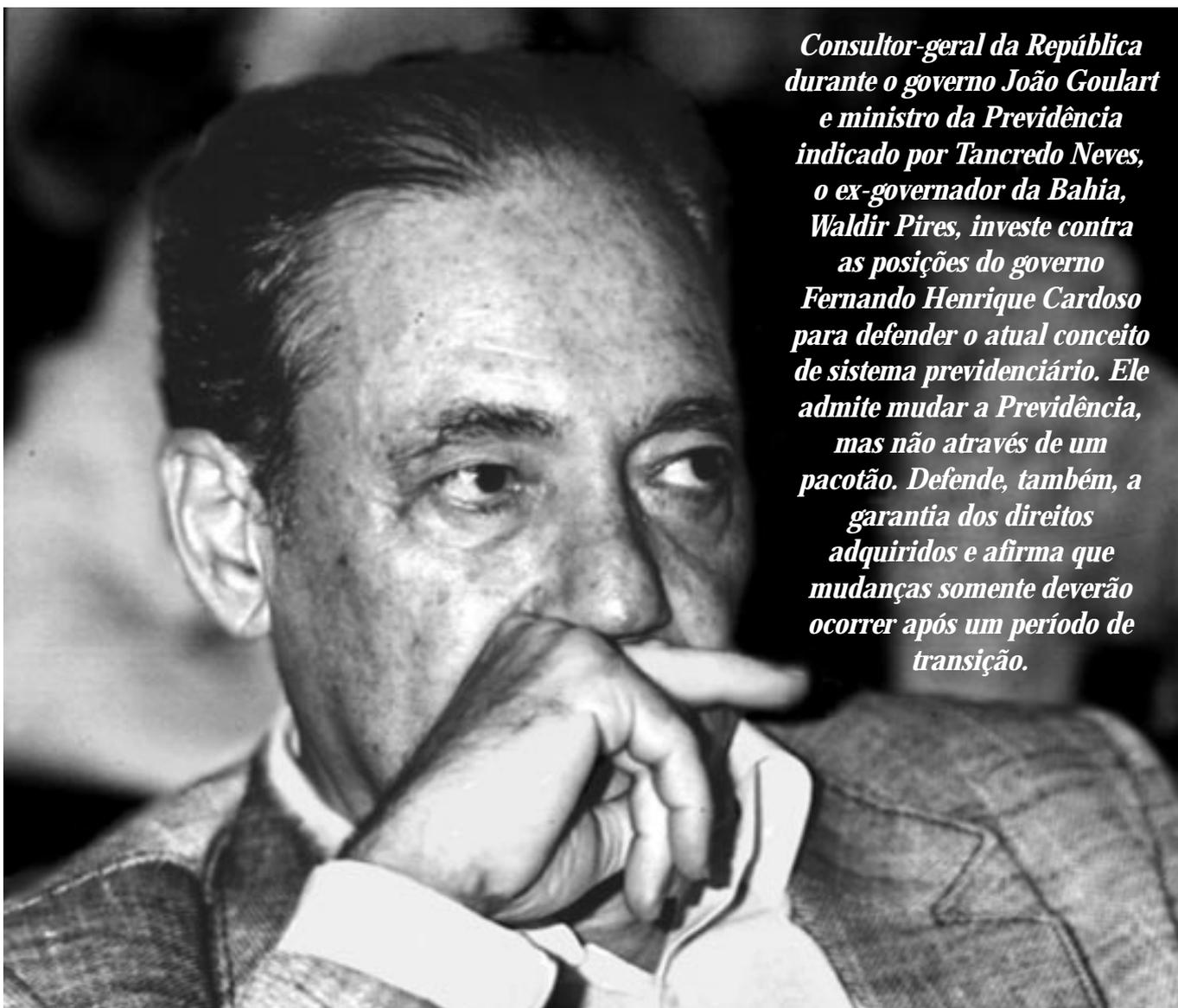
ENTREVISTA

Waldir Pires

por Carlos Baldijão e Marcos Cripa

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fotos: Cláudio Versiani/ABRIL



Consultor-geral da República durante o governo João Goulart e ministro da Previdência indicado por Tancredo Neves, o ex-governador da Bahia, Waldir Pires, investe contra as posições do governo Fernando Henrique Cardoso para defender o atual conceito de sistema previdenciário. Ele admite mudar a Previdência, mas não através de um pacote. Defende, também, a garantia dos direitos adquiridos e afirma que mudanças somente deverão ocorrer após um período de transição.

Qual a sua avaliação em relação às reformas da Previdência encaminhadas ao Congresso?

Waldir - Entendo que a Previdência é um instrumento tão fundamental na vida do povo brasileiro que deve ser avaliada periodicamente, assim como se sofresse um monitoramento constante: um monitoramento da curva demográfica, uma análise dos impactos de despesas, novos benefícios etc. O Brasil tem uma sociedade profundamente injusta e, conseqüentemente, é necessário que, em determinados instantes, tenhamos que rever o sistema previdenciário para ampliar os benefícios e reduzir as privações da população. Portanto, entendo que não há nada irreformável na Previdência. Agora, o que me parece absolutamente incompreensível é se pretender dizer à Nação que é preciso mudar o sistema da Previdência porque ele estaria falido e que a Constituição de 1988 teria determinado a sua inviabilidade absoluta. Com este tipo de análise, nós poderemos vir a assistir a loucura de mudar o próprio conceito, a essência da política da Previdência no Brasil. Poderemos perder a idéia básica de que a Previdência está assentada num contrato de gerações, num contrato de solidariedade dessas gerações. Então, me parece uma coisa incompreensível, injusta e irresponsável que se esteja transmitindo à Nação esse quadro de falência da Previdência.

Mas, não é verdade que a Previdência está falida, em crise?

Waldir - Não, isso não é verdade. E aí posso dar meu testemunho, porque já ocupei o cargo de ministro da Previdência. Quando assumi o ministério, no alvorecer da redemocratização do Brasil pós-64, a idéia básica era de que a Previdência estava

absolutamente falida, que era preciso fazer uma elevação significativa das alíquotas e que a Previdência era inviável. Era indispensável privatizá-la, diziam. É verdade que encontrei uma realidade de déficit no ano de 1984, além de uma sucessão de déficits dos anos anteriores. Mas, o que pude notar, com uma enorme perplexidade, é que a Previdência não dispunha, naquela ocasião, de instrumentos para dirigir um dos setores mais importantes da vida social do país. Então, esta

O que me parece incompreensível é se pretender dizer à Nação que é preciso mudar o sistema da previdência porque ele estaria falido e que a Constituição de 1988 teria determinado a sua inviabilidade absoluta.

retórica de hoje é reprodutora da mesma retórica de dez anos atrás. A diferença é que a Previdência, nesses últimos anos, tem apresentado uma performance de equilíbrio e, em alguns momentos, até de superávit. De modo que lamento esta ameaça de desestruturação de um sistema importante para a população brasileira e que está assentado na solidariedade que deve presidir nossas relações sociais. Os argumentos de falência da Previdência são frutos da desinformação, da tentativa de justificar a qualquer preço essa loucura que seria a privatização da Previdência no Brasil.

Mas se a situação não é tão ruim como se alardeia, o que leva um social democrata, como o presidente Fernando Henrique

Cardoso, seu companheiro de partido, a defender uma reforma que fatalmente levará a Previdência à privatização?

Waldir - Tenho muita esperança de que o presidente possa estimular um grande debate no país sobre esta questão, para que a Nação possa compreender qual é a realidade da Previdência Social. Espero, também, que ele não permita a continuidade da desinformação sobre o quadro da Previdência ou a predominância de interesses que não sejam legítimos. Um fator importante é que a Previdência nunca deteve as análises financeiras e do quadro econômico. Ela levantava as informações nos ministérios da Fazenda ou do Planejamento, que têm mentalidade completamente diferente. A mentalidade fazendária é muito distinta da mentalidade do profissional, do especialista em Previdência Social.

Em que momento FHC mudou de lado e passou a defender idéias que antes ele próprio condenava?

Waldir - No instante da formação da aliança com as forças mais atrasadas e corrompidas do país. Mas, tenho esperanças de que ele volte a ter uma ligação com tudo que construiu, com os trabalhos que realizou e com os estudos que efetuou.

Se o senhor entende, como disse anteriormente, que a Previdência pode sofrer mudanças, qual o melhor mecanismo para implementá-las?

Waldir - Sou favorável a mudança ponto-a-ponto e não através de um pacote como esse apresentado pelo governo. O pacote sugere a idéia de uma mudança filosófica no sistema que, atualmente, é de repartição, de solidariedade do contrato de gerações.

A quem interessa destruir o atual sistema previdenciário?

Waldir - Acho que é a essa modernidade toda que aí está. Interessa a todos os que não tem compromisso com a sociedade, não tem compromisso com a vida, com o destino das pessoas.

Há interesses de grupos econômicos?

Waldir - Sim, há o interesse de grupos financeiros, mas não vejo nenhuma incompatibilidade entre termos o sistema básico da Previdência pública em cima desse conceito de repartição, como atualmente existente, e um sistema complementar que pode ser público ou privado ou mesmo que, fundos de pensões sejam implantados, até por instituições financeiras. Sou favorável a um sistema público, responsável por até dez salários mínimos e, acima disso, a Previdência complementar, facultativa, pública ou privada. Evidentemente, há que se disciplinar e fiscalizar tanto o sistema público quanto o privado.

Mas, na reforma, o Estado praticamente abre mão de ser o

responsável pela Previdência.

Waldir - Há muitos setores em que se pretende suprimir a responsabilidade do Estado, como se nós pudéssemos destruir a única instituição capaz de responder pelo desenvolvimento de toda a sociedade brasileira. Não se trata de definir que o Estado volte a tomar conta dos bens de produção ou que volte a inserir-se em todas as atividades de comercialização. Não se trata disso. Creio, sim, que o Estado deve estar presente em setores estratégicos da vida econômica brasileira, sobretudo para impedir o monopólio. E aí vale uma ressalva fundamental: o monopólio privado é uma coisa completamente diferente do monopólio público. Enquanto o segundo existe para impedir a violência contra as pessoas, a violência contra os interesses das minorias, o primeiro existe para obter lucros às custas da poupança pública. Por isso, sou favorável ao monopólio do petróleo. Ninguém sai do monopólio público do petróleo, senão para outro monopólio, que é, exatamente, o privado. No caso da Previdência, são os mesmos

velhos interesses de acumulação de poupança que estão em jogo, porque estamos falando do segundo maior orçamento do país. O orçamento da Previdência brasileira é maior que o orçamento público da Argentina. Trata-se de um volume extraordinário de dinheiro. Por isso, a Previdência não pode ser conduzida por interesses que não sejam os legítimos interesses da sociedade brasileira. Caso contrário, deve ser considerado um crime.

Os fundos da Previdência não podem ser utilizados para captar recursos no mercado. Qual a importância que tem esse fato em relação à idéia de privatização?

Waldir - A Previdência, hoje, não tem fundos para investir porque eles são destinados a financiar as despesas, pagamentos de benefícios e isto ela vem fazendo de forma equilibrada. A Previdência não tem mais a folga que chegou a ter no passado, quando pôde financiar a construção de Brasília, algo em torno de 25 bilhões de dólares, ou quando, durante todo o período da ditadura militar, foram suprimidos os de-

Na Bahia, eleição para o Senado foi fraudada, diz Waldir.

Deputado federal na última legislatura, Waldir Pires optou por disputar uma das vagas ao Senado pelo estado da Bahia. Seu principal opositor, Antônio Carlos Magalhães (PFL) – imbatível na disputa direta – ficaria com um vaga, e ele, com a outra, raciocinavam os coordenadores políticos de sua campanha. E isso realmente aconteceu, mas somente até que a contagem oficial do TRE atingisse 50% da apuração. O resultado final surpreendeu e a segunda vaga foi ocupada por Waldeck Ornelas (PFL), ex-deputado federal sem expressão em seu próprio Estado, mas apoiado por ACM. Waldir Pires perdeu por uma diferença de 3.051 votos, num universo de 7 milhões.

Um exame detalhado dos boletins do Tribunal Regional Eleitoral revela que o candidato Waldeck Ornelas apresenta votação superior à própria votação de Antônio Carlos Magalhães em vários municípios onde não havia conquistado um voto sequer nas eleições de 1990,

quando concorreu a deputado federal. Outra evidência de fraude, e que levou dez partidos a pedirem a recontagem de votos para o Senado, é que em 8.300 urnas o número de votos em branco cai e a média de Ornelas excede, em muito, a média que ele vinha mantendo até que a apuração atingisse os 50%. Segundo levantamentos feitos pela equipe do ex-governador Waldir Pires, Ornelas bateu ACM em 1.410 urnas. Para Waldir, “a pressa para implementar a fraude foi tão grande, que o grupo de Waldeck Ornelas não se deu conta que estava suplantando a própria votação do chefe”.

O pedido de recontagem de votos para o Senado, o único ainda pendente em todo o país, cumpriu sua última etapa no TRE baiano no mês de março. O recurso deverá, agora, ser analisado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Para não incorrer em erros que pudessem inviabilizar sua futura posse, Waldir Pires entrou com impugnação da diplomação de Waldeck Ornelas.

veres da União para com a Previdência e ela foi esvaziada em outros 20 bilhões de dólares. Hoje, a Previdência tem uma compatibilidade entre receita e despesa. Agora, se for implantado esse mecanismo que está incorporado na reforma previdenciária, fatalmente irá se desestruturar o Estado brasileiro. Se o Brasil adotar o modelo chileno de Previdência, ou seja, assumir a dívida previdenciária e deixar os fundos de pensões apenas com a responsabilidade futura, isso deverá custar ao Estado brasileiro algo em torno de 60 a 65% do PIB, o que significa uns 300 bilhões de dólares. E isso tudo no momento em que se está dizendo que a Previdência não pode ser mantida porque não tem recursos para coisas elementares, como o aumento do salário mínimo para R\$ 100. A sociedade e o Estado assumiriam todo o ônus do estoque, enquanto os fundos privados de pensão passariam a ser o centro de uma acumulação de uma poupança que custaria ao país os 300 bilhões de dólares que falei anteriormente. O Chile caminhou nesta direção. O Estado assumiu a responsabilidade e os fundos privados de pensão, a captação. Só para se ter uma idéia, atualmente entre 40 e 50% do PIB chileno encontram-se nas mãos dos administradores destes fundos. Isso significa um controle absoluto do destino dos investimentos no país. Enquanto isso, o Estado chileno assumiu o ônus do passivo.

Esse, seguramente, não deve ser o modelo a ser seguido pelo Brasil?

Waldir - Não acredito nesse modelo porque é basicamente um sistema de capitalização e acho um absurdo aplicar a capitalização em relação à Previdência. Defendo o conceito de con-

trato de gerações sob a responsabilidade do Estado. Porém, com uma administração eficaz, participante. Num certo período, durante minha gestão à frente do ministério da Previdência, conseguimos implantar a administração participativa de que estou falando. Implantamos uma administração aberta, com responsabilidade direcional, para impedir o mau gerenciamento, o qual muitas vezes, era corrompido e corrupto. Tínhamos, nessa época, a participação dos contribuintes, dos inativos (aposentados, pensionistas), dos empregadores e do próprio Estado. Lembro que,

A Constituição é uma beleza de modelo na seguridade social. Ela é uma grande conquista e está em sintonia com os anseios da população brasileira.

em São Paulo, o grau de desvio de recursos na prestação de serviços foi uma coisa que combatemos com a participação da sociedade. Foi constituído um núcleo de combate às fraudes, com o envolvimento dos jornalistas, via Associação Brasileira de Imprensa, dos advogados, através da Ordem dos Advogados do Brasil, dos servidores da Previdência e do Ministério Público. Esse núcleo foi extremamente eficaz e deu grandes resultados. Outra medida foi o encaminhamento de cartas às pessoas que se serviam dos serviços de saúde. Elas respondiam quantos dias tinham ficado internadas, a que tipo de tratamento haviam sido submetidas etc. Cruzávamos as respostas com as informações que constavam dos relatórios de pagamentos da Previdência e, como se pôde ver, uma medida simples foi a

responsável pela dissuasão de uma fraude gigantesca em todo o país. Defendo, portanto, o gerenciamento participativo e competente. Há realmente a necessidade de se ter um gerenciamento muito mais competente, mais atento e uma participação ativa da sociedade para se combater a corrupção.

Para administrar a Previdência com essa competência a que o senhor se refere, é necessário reformar a Constituição?

Waldir - Absolutamente, não. Ao contrário, a Constituição é uma beleza de modelo na seguridade social. Ela é uma grande conquista e está em sintonia com os anseios da população brasileira. O que a Previdência precisa é de um gerenciamento competente.

Qual a sua opinião sobre a proposta de mudança na aposentadoria por tempo de serviço?

Waldir - Acho que deveríamos evoluir para o tempo de contribuição e não o tempo de serviço. Porém, acredito que isso deva ser estabelecido por via de uma grande disciplina de transição. Sou absolutamente favorável ao respeito a todos os direitos adquiridos. As pessoas entraram no sistema previdenciário com uma determinada expectativa e eu defendo que elas sejam respeitadas. Vamos analisar, por exemplo, um homem de 45/50 anos. Ele não terá mais oportunidade de fazer uma Previdência complementar, o que significa dizer que ele estará condenado a uma vida de privações. Agora, para os que ingressarem no mercado de trabalho, estes, sim, poderão começar pela via do tempo de contribuição. Quem começar a trabalhar aos 14 anos, segundo este modelo que estou defendendo, poderá se aposentar mais cedo e de forma justa. Po-

deria ser, por exemplo, um aposentado aos 52 anos, após 38 anos de contribuição.

E o período de transição, como deve ser?

Waldir - Acho que deve haver um grande debate em torno dessa transição. No meu entender, ela deve ser muito bem disciplinada, com regras claras. Não pode simplesmente ser colocado, de forma genérica, que estão garantidas as expectativas de direitos adquiridos.

A aposentadoria especial deve acabar?

Waldir - Creio que a aposentadoria especial, para o futuro, deve estar vinculada ao efetivo trabalho de risco ou a condições estressantes na execução das tarefas. Eu não daria ao trabalhador que escava o subterrâneo de uma mina o mesmo tratamento que daria a quem está trabalhando em um escritório na cidade. Penso menos na categoria e mais na natureza do trabalho. Quanto aos que estão hoje neste regime de aposentadoria, respeito os direitos adquiridos. Qualquer mudança deve ser estabelecida através de regras que seriam disciplinadas para serem aplicadas de um determinado momento para frente.

Quanto ao fato da proposta previdenciária do governo não fazer qualquer distinção entre trabalhador rural e urbano, qual a sua opinião?

Waldir - Isto é fruto do propósito de não permitir um estudo sério dos mecanismos da Previdência e do sistema previdenciário no Brasil. Às vezes, chegam até a mencionar que não se deveria pagar aposentadoria ao trabalhador rural porque ele não é contribuinte, como se ele tivesse, porventura, a culpa por estar nesta situação. A culpa é das instituições governamentais, que são incapazes de disciplinar a vida dos trabalhadores. É preciso deixar

claro que temos dois sistemas previdenciários distintos, um urbano e outro rural, e temos uma situação de relação ativos/inativos, que nada tem a ver com o que representa, hoje, o quadro europeu, americano ou japonês.



Ela (a sociedade) vai ter de lutar para salvar a previdência pública e é preciso fazer um grande movimento em todo o país, senão pode vir a ser implantado o sistema previdenciário de capitalização, que é muito sedutor, mas que, na verdade, é um grande assalto.

O Brasil tem uma grande massa de trabalhadores em idade economicamente ativa, efetivamente trabalhando, mas que não foi incorporada ao número de contribuintes da Previdência Social. No momento em que essa massa for incorporada, haverá um crescimento de 30 a 35% no número de contribuintes. Nós ainda temos, na área de trabalhadores urba-

nos, uma potencialidade enorme para aumentar a receita da Previdência, se levarmos em consideração que existem de 17 a 18 milhões de trabalhadores sem carteira assinada. Acho que esse tipo de proposta e de análise, quanto ao trabalhador rural, faz parte de uma política voltada a desinformar a sociedade.

Como resolver o problema dos trabalhadores que não têm carteira assinada?

Waldir - O Brasil tem de 17 a 18 milhões de trabalhadores urbanos e outros cerca de 9 milhões de trabalhadores rurais sem carteira assinada. Poderiam, por exemplo, ser aplicadas alíquotas que estimulassem o registro dos trabalhadores urbanos, não a flexibilização de tudo, mas um índice que incentivasse absorver parte dessa mão-de-obra. No caso dos trabalhadores rurais, poderia ser estabelecido um percentual sobre a venda dos produtos. Com isso, os trabalhadores poderiam apresentar uma receita compatível, como se fosse uma folha salarial. Creio que a implantação da aposentadoria por tempo de contribuição e não por idade ou tempo de serviço reforçará a luta pela exigência da carteira assinada.

A sociedade deve se contrapor à reforma da Previdência?

Waldir - Ela vai ter de lutar para salvar a Previdência pública e é preciso fazer um grande movimento em todo o país, senão pode vir a ser implantado o sistema previdenciário de capitalização, que é muito sedutor, mas que, na verdade, é um grande assalto. Há uma grande ameaça para o sistema previdenciário brasileiro, mas acredito que a sociedade brasileira vai saber se mobilizar. Mas, não resta dúvida de que vai depender muito da nossa capacidade de discutir o assunto com a população, de fazê-la sentir a profundidade do golpe.

O REI TOR

E OS CAVALEIROS DA TÁVOLA QUADRADA

José Marcelino de Rezende Pinto



Aos 60 anos de idade, a USP é, sem sombra de dúvida, uma universidade nova; mas que, não obstante, apresenta alguns sintomas de senilidade precoce constatados, por exemplo, na burocratização excessiva e na grande dificuldade em dar respostas rápidas aos fatos novos colocados pelas mudanças que atingem o país e o mundo. As razões que explicam este fato encontram suas raízes no próprio processo histórico em que a USP se consolidou, a partir da matriz original e conservadora das faculdades que lhe deram origem (São Francisco, Politécnica e Medicina) contrabalançadas pelo vírus inovador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Rua Maria Antônia.

Neste artigo, vamos centrar nossa análise buscan-

do identificar aqueles elementos estruturais, consolidados no seu Estatuto, que a nosso ver, contribuem para o surgimento destes problemas apontados. O debate se justifica uma vez que o próprio reitor Faiva de Moraes, quando em campanha eleitoral, participando de discussões nas unidades, alertava para a necessidade de mudanças em nosso estatuto.

A tese central é a seguinte: enquanto em 1988, o Brasil via surgir uma Constituição democrática, uma "Constituição Cidadã" no dizer de Ulisses Guimarães, fazendo analogia aos ideais proclamados pela Revolução Francesa, a USP, no mesmo ano, via surgir um Estatuto que, em linhas gerais, refletia a ideologia básica do Ancien Régime (tanto o francês pré-1789, quanto o brasileiro pré-1988). A USP que o Estatuto de 1988 e seu Regimento Geral de 1990

consolidam é uma universidade medieval governada por príncipes anciãos, com fortes pitadas de espírito autoritário da reforma universitária (lei 5.540/68) implantada pelo regime militar. Buscaremos, a seguir, discutir alguns tópicos que, a nosso ver, corroboram esta tese.

O poder de mando

Formalmente, a USP é governada através de colegiados que contêm representantes dos diversos segmentos que a compõem e que, seja em nível de departamento, unidade, ou da própria universidade, fixam as grandes diretrizes da instituição. Aqui, surgem dois problemas. Em primeiro lugar, um esvaziamento progressivo destes colegiados que vêm muitas de suas funções assumidas por organismos ligados diretamente aos órgãos centrais de direção. Um exemplo, o orçamento de uma unidade, elemento básico de sua existência, de acordo com o Regimento Geral da USP, não é aprovado pela sua congregação, em tese seu órgão máximo, mas pelo CTA (Conselho Técnico-administrativo) de composição muito mais restrita e sob controle do diretor e dos chefes de departamento. Outro exemplo, a CERT (Comissão Especial de Regimes de Trabalho) com poder quase absoluto sobre o contrato de trabalho do docente e o 'bicho-papão' do momento, tem seus membros escolhidos de livre arbítrio pelo Reitor. Como se vê, dá-se uma no cravo e outra na ferradura: o CTA é um autêntico órgão saído da corte do rei Arthur; já na CERT é clara a inspiração dos laboratórios da ditadura militar. Isto sem falar no poder da CJ (Consultoria Jurídica) que, dado o emaranhado de normas baixadas pelos diferentes níveis burocráticos da instituição, adquiriu uma influência decisiva na administração do cotidiano da USP. Como demonstrou Weber, o poder da burocracia é praticamente incontrolável. E, não bastasse a CJ, a reitoria dispõe ainda de uma Assessoria Jurídica do Reitor!

O resultado deste processo é que organismos como os Conselhos de Departamento, as Congregações e o próprio CO (Conselho Oniversitário?) reúnem-se tão-somente para discutir problemas burocráticos ou homologar decisões já adrede tomadas. Discussão mais quente, somente durante a composição de alguma banca para concurso.

O segundo aspecto que explica o esvaziamento dos colegiados está ligado à sua composição. Muito embora a lei 5.540/68 afirme em seu art. 14 que a composição do colegiado superior das universidades e dos institutos isolados deve ser feita de tal forma "que não subsista, necessariamente, a preponderância de professores classificados em determinado nível", o que se constata é o claro predomínio dos professores titulares nos diversos colegiados da USP. No caso do CO, esta hegemonia se dá de forma indireta,

na figura dos diretores e representantes de congregações que são, em sua quase maioria, titulares. Os professores doutores que representam 43% do total de docentes da USP possuem apenas 1 representante no CO. Os funcionários (cerca de 15.000) possuem apenas 3 representantes. Quanto à representação dos alunos, apesar da lei imposta pela ditadura militar (de quem a própria USP foi vítima destacada) permitir uma participação de até 1/5 do total, no caso da USP, o limite é de 1/10 do total de docentes, ou seja, menos da metade do que a lei federal permite. Também sintomático do espírito do estatuto é o fato das classes patronais possuírem 3 representantes no CO enquanto os trabalhadores, apenas 1 representante. Encurtando a história: da forma como é composto o CO hoje, ele perde sua razão de ser. Ele funciona como uma espécie de "conselho das unidades" no melhor estilo da política dos governadores da República Velha, já que os diretores de unidade juntamente com os representantes de suas respectivas congregações respondem por cerca de 65% do total de votos. Acontece que o representante de congregação, geralmente, é afinado com o diretor, o qual, por sua vez, é, ou busca estar, afinado com o reitor (de quem depende para obtenção de recursos adicionais, novas contratações, etc). Assim, considerando-se ainda a participação do vice-reitor e dos pró-reitores, um reitor que saiba utilizar os recursos de que dispõe, detém cerca de 70% dos votos do CO. Este tipo de composição dificulta a discussão dos problemas da universidade como um todo, facilitando a barganha de interesses corporativos e localizados, isolando, do processo de definição de seus destinos, importantes segmentos. No fundo, é uma distribuição territorial de poder, no melhor estilo dos cavaleiros da tábua redonda.

Desta forma, o poder de mando da universidade (que, entre alunos, funcionários e docentes, constitui-se numa comunidade de cerca de 75.000 pessoas) está concentrado nas mãos de cerca de 10% de seus integrantes, enquanto os outros 90% estão totalmente alijados de qualquer processo decisório; e isto tem levado a distorções graves. A mais grave, a meu ver, reside no fato de que todo o esforço do corpo docente direciona-se para a produção científica que é a única que garante, de fato, ascensão na carreira e acesso aos postos de mando, em detrimento da docência e prestação de serviços; o que traz reflexos negativos à qualidade do ensino oferecido e tem levado ao progressivo alheamento da USP frente à comunidade que a financia. O fechamento dos portões da Cidade Universitária de São Paulo aos domingos é um exemplo menor, porém sintomático.

O fato do acesso aos postos de direção na USP estar praticamente restrito aos professores titulares nos remete à uma reflexão à parte. O ponto de partida para esta reflexão relaciona-se com o tipo de

competência que funções como as de chefe de Departamento, diretor e reitor exigem. Acredito que não haja dúvida de que estas funções demandam basicamente competência política daqueles que as exercem. Pelo próprio rol de suas atribuições fixado no estatuto, constata-se a necessidade de uma habilidade de negociar, de dialogar, de administrar interesses conflitantes através da busca do entendimento entre as partes envolvidas. Prova disto é que a escolha do reitor, por exemplo, dá-se através de um processo essencialmente político, no qual a decisão final recai nas mãos do governador do Estado. Não existe nenhum concurso de provas e títulos para se aquilatar quem será o melhor administrador da USP. Pois bem, se esta constatação está correta, surgem então dois pontos para análise. O primeiro refere-se ao direito de postular estes postos de mando e o segundo, ao processo de escolha.

Quanto ao primeiro item, pelo estatuto em vigor, os cargos de reitor, diretor, e chefe de departamento, são atribuições praticamente exclusivas dos professores titulares. A questão que se coloca aqui é a seguinte: o tipo de competência que foi cobrada destes professores ao longo de sua carreira os torna mais aptos para exercerem estas funções? Penso que não, pois para atingir o ápice da carreira acadêmica não foi, em nenhum momento, avaliado o seu domínio de determinadas habilidades que, como vimos, são inerentes aos cargos de direção. E, o mais grave, com este tipo de restrição, o universo de escolha fica reduzido a menos de 12% do total de docentes da universidade. É evidente que, neste processo, estamos perdendo bons administradores (que, por não possuírem o grau de titular, não podem postular os cargos de direção) assim como bons pesquisadores (que, por possuírem a titulação exigida, assumem cargos de direção, mesmo quando não talhados para tal). E esta restrição traz, a meu ver, um outro efeito colateral que atinge de forma direta a própria estrutura da carreira universitária. Refiro-me ao fato da carreira de professor titular não ser aberta, a ponto de muitos professores, de competência acadêmica incontestada, verem limitada a sua ascensão na carreira à ocorrência de morte ou aposentadoria de um colega titular. Tal fato não encontra justificativa no campo da lógica, mas pode ser entendido facilmente quando constatamos que, na atual estrutura de poder, o grau de titular significa, antes de um atestado de excelência acadêmica, a senha que garante o acesso ao seleto clube dos donos do poder. Do ponto de vista da instituição, não há porque não adotar uma estrutura aberta de acesso à titulação de professor titular (à exemplo do que ocorre com a livre docência), assim como não se justifica que a postulação aos cargos de direção não seja garantida à maioria dos docentes.

O segundo aspecto a abordar refere-se ao proces-

so de escolha dos postulantes aos cargos de direção da universidade, em seus vários níveis. Como já salientamos, o atual processo de escolha é político, e não técnico, e encontra-se nas mãos de um colégio eleitoral extremamente reduzido e distorcido em sua representação. Para aquilatar-se o nível de distorção, o total de professores doutores (43% do total de docentes da USP) na congregação deve corresponder a 30% do número de professores titulares (12% do total de docentes da USP) que compõem este colegiado. No conselho de departamento, que junto com a congregação constitui o colégio eleitoral que elabora a lista triplíce da qual o reitor escolhe o diretor da unidade, os titulares participam com, pelo menos, 75% de seus pares, enquanto a representação dos professores doutores é de apenas 25% de seus pares (assegurado um mínimo de três). Falta-me capacidade para entender que critérios justificam esta desigualdade de tratamento. Admitindo-se que o processo de escolha é político, acredito que a forma menos imperfeita, testada historicamente, ainda seja o velho processo de eleição direta. Quanto ao peso de voto de cada categoria que constitui a comunidade universitária (assim como aquela externa à universidade e que a financia), bem como a definição da composição dos colegiados, trata-se de uma discussão que deve ser feita no âmbito de um congresso da USP convocado, exclusivamente, para definir suas finalidades e estrutura, culminando numa reforma do presente estatuto e regimento geral.

O financiamento da universidade

Outro ponto que gostaria de abordar neste artigo, de forma breve, refere-se ao financiamento da universidade. Do ponto de vista dos recursos oriundos da receita tributária do Estado, penso que o modelo adotado (vinculação à receita do ICMS) está no caminho correto, desde que conte com alguns aperfeiçoamentos no sentido de se evitar em subestimativas de receita efetuadas pela Secretaria da Fazenda, assim como a falta de transparência da execução orçamentária (que poderia ser evitada com a criação de comissões de acompanhamento que contariam obrigatoriamente com representantes sindicais) e desde que, finalmente, se equacione o problema dos aposentados, que se arrasta sem qualquer medida concreta há vários anos. A questão se complica no que tange aos recursos extra-orçamentários, em especial aqueles advindos da prestação de serviços pela universidade, seja de forma individual pelos docentes, seja de forma institucionalizada através das inúmeras fundações que pululam pela USP. Não vejo mal em que a universidade cobre, de quem possa pagar, pela realização de determinados serviços. A questão contudo é complexa e levanta alguns aspectos polêmicos.

Do ponto de vista da prestação de serviços de

forma institucionalizada, via fundações ou equivalentes, surge o problema da utilização de equipamentos, ou bens de capital públicos (no caso das fundações vinculadas aos Hospitais das Clínicas, por exemplo) para a aferição de benefícios a grupos privados restritos no interior da universidade, em detrimento da utilização deste mesmo equipamento para as funções precípua da instituição. Por exemplo, até que ponto eu posso utilizar um laboratório, fazendo testes para uma empresa privada, de tal forma que isto não comprometa as atividades de ensino, pesquisa e, em especial, de prestação de serviços àquela parcela da população que, muito embora financie a universidade através do pagamento de impostos, não tem condições de pagar diretamente pela prestação de um serviço. A outra questão, ainda neste item de discussão, refere-se a apropriação destes recursos. Hoje, eles ficam majoritariamente nas mãos do grupo que realiza o serviço. Como fica, então, a situação daqueles grupos ligados à área básica ou à prestação de serviços a setores carentes da sociedade? Eles devem ser penalizados? Trata-se de questões que não possuem uma resposta simples. A saída, a meu ver, está em criar instâncias de decisão que levem em conta na sua composição todos os interesses envolvidos e que decidirão em cima dos casos concretos a partir de normas gerais coletivamente definidas. Neste sentido, o caminho apontado pela Fundação USP, é um claro retrocesso já que, em sua composição, todo o poder fica nas mãos do reitor. Se a opção adotada for a criação de uma fundação, esta deve ser de natureza pública, garantindo-se a transparência de suas contas e seu conselho curador deve possuir uma composição paritária entre os representantes dos diversos campos de atuação da universidade. Mesmo porque existe o risco destas fundações servirem de ponta de lança para a utilização privada da universidade pública. Um exemplo, enquanto os leitos públicos dos Hospitais das Clínicas encontram-se em progressiva redução, as alas particulares destes hospitais apresentam requintes de um hotel cinco estrelas. É correto isto?

Já do ponto de vista da prestação de serviços de forma individual, propiciada pela resolução 3533/89

que flexibilizou o regime de dedicação integral à docência e pesquisa (RDIDP) e que hoje permite, em muitos casos, que o salário do professor universitário seja a parcela mais restrita de sua remuneração, a nossa posição é que o caminho não é este apontado pela resolução. Discutiremos este ponto contudo no item seguinte, que abordará alguns aspectos polêmicos da carreira universitária.

A carreira universitária

O primeiro item relativo à carreira universitária já foi discutido acima e refere-se à abertura da carreira em todos os níveis, pois não há sentido em se estabelecer uma cota limite à excelência acadêmica.

O segundo ponto, refere-se aos regimes de trabalho. Para que a USP possa atingir todas as finalidades preceituadas em seu estatuto assim como o que estabelece a legislação federal (lei 5.540/68), é

fundamental que seus docentes dediquem-se em tempo integral ao ensino, à docência e à extensão. E assim sempre foi até que, em fins da década de 80, com o achatamento salarial, alguns professores, em áreas onde o mercado de trabalho externo à universidade oferecia salários mais atraentes, passaram a solicitar a mudança do regime de trabalho. A saída encontrada pela reitoria para bloquear esta evasão de cére-

Hoje, o que diferencia a remuneração de um docente para outro não é mais o critério justo e objetivo de seu nível na carreira acadêmica, mas, sim, sua capacidade de obter fontes adicionais de recursos extra-universidade.

ros foi flexibilizar a dedicação exclusiva, permitindo que o docente em RDIDP exercesse outras atividades remuneradas até o limite de 8 horas semanais. O resultado deste processo foi um grave desvirtuamento da vida acadêmica. Hoje, o que diferencia a remuneração de um docente para outro não é mais o critério justo e objetivo de seu nível na carreira acadêmica, mas, sim, sua capacidade de obter fontes adicionais de recursos extra-universidade. Este desvirtuamento fica mais evidente nos cursos com forte característica de profissionalização, ou naqueles que propiciam a elaboração de laudos técnicos e pareceres para empresas privadas. A constatação a que se chega, 5 anos após a adoção da flexibilização, é a seguinte: o salário reduziu neste período (e é importante lembrar que o adicional advindo destas atividades extras não entra no cômputo do salário para efeito de aposenta-

doria, por exemplo), houve uma perda de identidade do docente da USP, eles já não falam a mesma língua (daí o esvaziamento dos movimentos reivindicatórios, talvez um dos objetivos camuflados da res. 3533/89) e, por fim, uma coisa é evidente: enquanto o docente dedica-se à prestação de um serviço remunerado (20% de sua jornada de trabalho), ele está deixando de atender um aluno, de dedicar-se a uma pesquisa ou de prestar um serviço gratuito à comunidade.

No mínimo, penso que é o momento de se fazer um estudo do grau de impacto que uma medida como esta teve sobre o desempenho da USP. A saída é fazer uma universidade mais eficiente, onde a carga didática docente seja inclusive superior à atualmente praticada pela USP (5,2 horas/semana-docente), onde se enxuguem os órgãos centrais de direção e serviços que consomem recursos valiosos da instituição e que se remunere bem seus docentes, em especial aqueles dos quais se exige dedicação exclusiva. A dedicação parcial, deve ser admissível em pequena escala, naquelas áreas em que a experiência extra-universidade do docente seja fundamental na sua atividade de docência ou pesquisa (penso em algumas áreas profissionalizantes, por exemplo). Agora, o que não pode se admitir é o sistema atual, em que o RTC (regime de turno completo) é adotado como forma de economia pela universidade. Na FFCLRP-USP em Ribeirão Preto, os únicos professores de Filosofia e Sociologia, áreas de fundamentação do conhecimento, foram contratados em RTC. Quando a situação chega a este nível, eu não consigo ver a diferença entre a USP e uma faculdade particular, destas estruturadas com base em professores horistas de que o Brasil é pródigo.

Por fim, antes de terminar este artigo, gostaria de enfrentar a questão do ingresso na carreira docente e do controle do seu exercício. Neste aspecto, o estatuto é uma ode ao *non sense*. Assim, nos termos do art. 76, a atividade docente far-se-á dentro das categorias docentes de Auxiliar de Ensino, Assistente, Professor Doutor, Professor Associado e Professor Titular. Contudo, a carreira é acessível apenas àqueles que possuem, no mínimo o título de Doutor. Surge, então, uma não-carreira docente à qual pertencem 29% dos professores da USP! Do ponto de vista prático, a principal característica do ingresso à carreira é a obtenção da estabilidade no emprego. O ingresso à universidade estabelece-se via processo seletivo, enquanto o ingresso à carreira dá-se via concurso público. Aqui, a meu ver, reside o busílis do problema, ao se misturar num mesmo processo, acesso à universidade com garantias inerentes à carreira. Uma coisa é definir como a universidade vai contratar seus servidores e, neste aspecto, não há dúvida, o concurso público deve ser a forma exclusiva de acesso, independentemente da

titulação do docente. O atual processo seletivo é uma aberração que deve ser eliminada. Assim, se uma universidade aceita professores com titulação correspondente à graduação, então estes professores devem ser contemplados no quadro de carreira da instituição. Um segundo aspecto refere-se às conseqüências do ingresso na carreira universitária, entre elas a estabilidade no emprego. Particularmente, não sou fã incondicional de uma estabilidade irrestrita; entendo que a cobrança, em especial numa instituição pública, é fundamental para sua eficiência. E a USP é o melhor exemplo disto, quando comparada com algumas de suas congêneres federais onde os mecanismos de controle são mais frouxos e a ascensão na carreira não se vincula diretamente ao desempenho no conjunto de atividades que se espera de um professor universitário. O que devemos ter regimentalmente é a garantia contra demissão motivada por perseguições políticas ou por idiossincrasias individuais ou grupais, com ampla garantia de defesa, fato que não ocorre hoje em dia, quando o professor não efetivo, é mandado para a rua através de uma lacônica e asséptica “não renovação de contrato” (sem o ônus que a palavra demissão carrega).

Penso que qualquer servidor da USP, não importa a sua titulação, deve ser sempre cobrado de suas atividades. A questão chave é, contudo, a quem cabe esta cobrança. Entendo que esta é mais uma tarefa urgente para o Congresso da USP que deve definir as linhas gerais de avaliação, assim como a composição de uma nova comissão de regime de trabalho que contemple todas as partes envolvidas. Da mesma forma que a palavra final está nas mãos da CERT (Comissão Especial de Regimes de Trabalho), que tem todos os seus membros pela livre escolha do reitor, sente-se também a falta de procedimentos jurídicos básicos, como, por exemplo, a existência do contraditório, ou o princípio da oralidade, mecanismos através dos quais as partes podem expor de forma clara seus argumentos. Em síntese, sente-se um leve ranço de um instrumento medieval de triste memória: a inquisição.

Nestes tempos, quando afirmar que a política do príncipe FHC enquadra-se nos moldes “clássicos” do neoliberalismo significa, aos sensíveis ouvidos do monarca, ‘nhemnhemnhém’, e quando a universidade pública parece ter entrado na linha de fogo de sua mais badalada cria como o bode expiatório do momento, já é tempo da USP ingressar na modernidade real (inaugurada pela revolução francesa e que busca a emancipação do ser humano), através de um estudo “cidadão”, sob o risco de ser atropelada pelos arautos da pós-modernidade e o fim da história.

José Marcelino de Rezende Pinto é professor do Depto. de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP.

NA USP, SER CIENTISTA É FAZER VOTO DE POBREZA

Robinson Sasaki e Ana Sanchez

A visão que as pessoas têm dos docentes da USP, a maior e a mais conceituada Universidade da América do Sul, é de que todos, ou pelo menos a grande maioria, dispõem de uma vasta biblioteca, casa própria e carro do ano. “Estão estabilizados na vida”. A realidade não é bem esta, como pode ser comprovado nesta matéria com cinco professores que se dispuseram a contar quanto ganham e como vivem. Este painel revela as conseqüências da perversa política de desvalorização da Educação e a deterioração das condições de vida dos que a ela se dedicam.

Aos 44 anos, 25 dos quais voltados para o Magistério, Sandra Vasconcelos viu-se diante da primeira possibilidade concreta de comprar um apartamento de dois quartos. Mas, uma simples conta de somar colocou por terra seu sonho: não daria para pagar mensalmente os R\$ 649 de prestação do Plano 100 (oito anos para quitar) e ao mesmo tempo arcar com o aluguel do imóvel em que mora e as despesas do dia-a-dia, enquanto aguardasse a construção e a entrega do apartamento.

O corretor que a atendeu ficou surpreso. Como uma professora universitária, com 11 anos de carreira na Faculdade de Letras da USP, não tinha renda para um financiamento? Afinal, a imagem que associa sucesso profissional ao suposto êxito financeiro do docente da USP está arraigada na sociedade.

Basta conversar com um motorista de táxi, um termômetro da opinião pública, para ter uma medida desse mito.

“O senhor é mentiroso; não acredito que um doutor ganhe tão pouco, menos do que eu tiro com o táxi; o senhor vive é no bem bom”, costumam exclamar os motoristas ao bem-humorado **Ciro Teixeira Correia**, docente do Instituto de Geociências. Esses

motoristas não imaginam os malabarismos que **Ciro**, **Sandra** e a maioria dos 5.500 docentes da Universidade de São Paulo fazem para não sobrar mês no fim do salário, em prejuízo da tranquilidade necessária para o ensino e as pesquisas.

Suas carreiras desenvolveram-se exatamente dentro do período mais grave de degradação salarial. Entre 1975 e hoje, os salá-

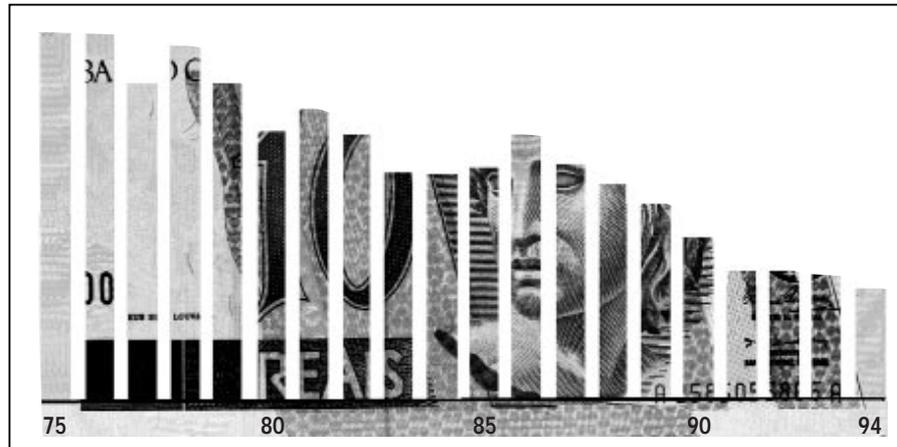


rios so-

freram perdas anuais médias de 5% em comparação com o índice de custo de vida no mesmo período. Análises do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos-DIEESE mostram que o poder de compra do salário médio do docente da USP hoje equivale a menos de um terço do de duas décadas atrás (veja gráfico). Estas perdas são agravadas pelo fato de a sociedade e as necessidades tecnológicas terem evoluído. Enquanto a remuneração caiu, as exigências do cotidiano e os custos dos instrumentos para atualização científica e para pesquisa subiram, num caminho inverso. O advento da informática é o maior exemplo da evolução dessas necessidades.

Tal processo de deterioração chegou a um ponto esdrúxulo: os responsáveis pelo desenvolvimento do conhecimento e da formação profissional ganham tanto quanto muitos trabalhadores em ocupações de nível médio, que deflagram seguidas greves por condições mais dignas. Os dados da Bolsa de Salários, do jornal Folha de S. Paulo, comprovam isso. Um Auxiliar de Ensino (MS1) — primeira fase da carreira docente na USP — trabalhando em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) recebia em média, em fevereiro, aproximadamente R\$ 850, o equivalente ao salário médio de um afiador de ferramentas na indústria, por 8 horas de trabalho diário.

Um professor assistente (MS2), com mestrado, ganhava em regime integral de trabalho quase R\$ 1.480, praticamente o mesmo que um auditor de sistemas. Maria Cristina Barufi é MS2, mas optou pelo Regime de Turno Completo (RTC), dando 24 horas semanais de trabalho. Por isso, recebeu, em fevereiro, R\$ 648 líquidos, igual a um técnico em segurança de trabalho iniciante.



Um professor doutor (MS3), condição alcançada após uma década de trabalho, conseguia tirar em média R\$ 2.000 (bruto). De cada 100 docentes, 55 estão nesta faixa. Sandra Vasconcelos e Ciro Correia são MS3, com dois quinquênios (cada quinquênio significa 5% de gratificação por cinco anos de docência), e conseguiram, líquido, aproximadamente R\$ 1.650, tanto quanto ganha um bom retificador ferramenteiro oficial.

No degrau acima na carreira, estão os professores Associados (MS5), cargo obtido em concurso de livre docência. É o caso de Roberto Ribas e José Eli da Veiga, que também com dois quinquênios cada e em regime de dedicação integral receberam, bruto, R\$ 2.550, igual ao maior salário de um encarregado de expedição. Os 18% que são professores titulares (MS6) e estão no topo da carreira na USP obtinham em média R\$ 2.750, menos que os mais bem remunerados projetistas na área elétrica da indústria.

Esses números — alterados em no máximo 10% em março por causa de um aumento na gratificação por mérito — indicam o quadro em que foram medidos os docentes. Que se tornam ainda mais grave, em muitos casos, por contingências que abalam a família, como viuvez precoce, separações conjugais e, principalmente, desemprego do cônjuge.

Sandra Vasconcelos, por exemplo, vive uma situação muito peculiar. Ficou viúva antes de ingressar na USP e sustenta a casa sozinha. A pensão obtida após a morte do marido, paga apenas a mensalidade do curso de Jornalismo que a filha, de 19 anos, faz na PUC. Até 92, sua única fonte de renda era o salário da USP. Conseguiu, naquele ano, uma bolsa de pesquisa do CNPq que lhe garantia uma complementação salarial equivalente a 20% do seu salário. Neste ano, Sandra conseguiu a renovação da bolsa com o CNPq e percebeu que a complementação corresponde hoje à metade do seu salário líquido. “Só esse dado mostra a queda do nosso salário”, enfatiza ela, acrescentando que, embora não goste de depender desses benefícios, “não teria como pagar suas contas sem esse dinheiro”.

Utiliza um terço de sua renda com condomínio e aluguel de um apartamento no bairro da Vila Madalena. O telefone que possui, Sandra ganhou do pai, a quem agora ajuda financeiramente. O microcomputador de que dispõe em casa foi conseguido dentro de um plano, similar ao *leasing*, implantado pela USP há dois anos. Pelo modelo 386, ela pagou oito prestações de 100 dólares e tem direito a ficar com o micro por 10 anos.

O Fiat 147 foi trocado recentemente por um Uno Mille. Só

conseguiu adquirir um carro do ano porque economizou parte do seu salário da USP enquanto esteve na Inglaterra, entre 93 e 94, com uma bolsa de 1.400 dólares mensais.

Não viaja, de férias, há cinco anos e usa o dinheiro adicional das férias e o 13º salário para 'tapar buracos' no orçamento. Regula cinema e restaurante. E garante que no começo da carreira, ao contrário de hoje, "pagava aluguel, escola e vivia sem muita aflição e ansiedade".

Ciro Teixeira Correia, de 38 anos, também tem uma história muito particular. A opção pelo ingresso na docência da USP, em 82, significou uma queda em sua renda. "Profissionalmente, fui la-deira acima; salarialmente, fui la-deira abaixo", comenta. Mesmo assim, suas economias mais uma pequena herança possibilitaram, na época, a compra de um apartamento e de um carro do ano. Ele se separou da mulher em 84 e viu suas despesas duplicarem. Vendeu o apartamento, dividiu o dinheiro com a mulher e comprou a metade do carro que cabia a ela. Com o que sobrou dessa transação, deu entrada num apartamento no Butantã e comprou um telefone.

Só com o filho, ele gasta, hoje, cerca de R\$ 700 por mês para cobrir as mensalidades de escolas e clube, a mesada e os custos das viagens que faz para vê-lo em Ribeirão Preto, onde o menino mora com a mãe. As despesas aumentam no início das aulas, quando precisa comprar o material escolar. Neste ano, só para isso desembolsou R\$ 240.

Em 85, vendeu o carro, foi para a Itália, onde ficou por dois meses e meio com bolsa de uma instituição de pesquisa de lá. Voltou com 5 mil dólares e se assustou com o Brasil que encontrou. "Por causa das altas taxas de inflação, aqui tinha virado outro mundo. Assim só pude comprar um Fiat 147, ano 83", relembra.

Os problemas financeiros começaram então a se acentuar, a ponto de ter que trocar o Fiat por uma Brasília 79 e dividir o apartamento e as despesas com amigos. Em 86, virou mestre, passando a receber de 15% a 20% a mais. "Mesmo assim, o salário continuava perdendo para a inflação. Tive que vender a Brasília e comprei uma bicicleta Calóí 10 que usava para vir trabalhar." Desfez-se da bicicleta em 91, quando comprou uma moto 86 de 125 cilindradas, que usa até hoje.

A situação estava tão ruim que, em 86, Giro prestou concurso para fiscal de renda, cujo salário era três vezes maior do que o da USP. "Graças a Deus não passei, porque gosto do que faço e porque consegui sobreviver".

Giro diz ter a impressão de que, agora, quando já é doutor e tem dois quinquênios, recuperou boa parte do poder aquisitivo do início de carreira. "Por incrível que pareça, precisei subir na carreira para ter quase a mesma disponibilidade financeira de 13 anos atrás. É isso que tem acontecido com os docentes daqui. Mesmo assim, não compro livros, uso os da biblioteca daqui e não pude comprar o micro oferecido pela USP", desabafa, condenando esse processo de andar para ficar no mesmo lugar.

José Eli da Veiga, 46 anos, leciona desde 82 no Departamento de Economia e faz parte do programa de pós-graduação em Ciência Ambiental, ministrando o curso de Agricultura Sustentável. Ele é um dos que viram o de-



Giro Correa é professor na USP há 13 anos.

semprego bater à sua porta. Sua esposa sempre trabalhou, aumentando a renda familiar. No momento, porém, ela está desempregada.

Em 1986, José Eli passou a obedecer ao regime de dedicação integral à docência e à pesquisa. Até então, trabalhava na USP e tinha outro emprego no governo. A partir do momento em que ingressou no RDIDP, e durante muitos anos, dedicou-se exclusivamente ao trabalho na Faculdade "para efeitos de progresso na carreira". Durante esse tempo publicou três livros, fez pós-graduação na Inglaterra e na Califórnia. Atualmente, tem alguma atividade fora da Universidade: dá uma consultoria para a FAO e fez, no ano passado, um trabalho para o Ministério do Meio Ambiente.

Livre-docente e professor As-

sociado, ele diz que “dá para viver com os quase R\$ 2 mil líquidos” que recebeu no mês passado, “porque tenho apenas um filho, de 16 anos, que não é consumista e adora roupas e tênis velhos, e porque não tenho pretensões de um padrão de vida alto. Além disso, gosto muito do trabalho científico. Mas, com esse salário, é impossível pensar em comprar algum imóvel, por exemplo, ou ter um bom carro. Quando voltei dos Estados Unidos, levei um ano juntando dinheiro para comprar um carro usado, e só consegui porque as economias foram reforçadas com um trabalho de consultoria para a FAO”. José Eli tem um Voyage 89, com 100 mil km rodados. E nenhuma perspectiva de trocá-lo.

Tem também um apartamento de dois quartos, na Vila Madalena, comprado em 1982, financiado pelo BNH, cuja prestação hoje é menor que R\$ 100. Sua despesa mensal mais alta é a mensalidade do colégio do filho, que deu um grande salto este ano e foi a quase R\$ 400. Depois vem o condomínio, cerca de R\$ 200. Mas ele conta que neste fevereiro/março, mês de compra de material escolar para o curso colegial e para o curso que o filho faz na Aliança Francesa, seu saldo bancário acabou reduzido a menos de R\$ 500, para passar o mês todo.

A família de José Eli não tem um plano de saúde privado, o que oneraria bastante seu orçamento. “A saúde fica por conta do Hospital Universitário da USP”, diz ele, “que para tratamentos mais complexos é ótimo, mas no dia-a-dia não funciona. Uma consulta com um ginecologista, por exemplo, demora seis meses”. Nesses casos, a família acaba pagando médicos particulares.

O caso de Roberto Ribas, do Instituto de Física, não é muito diferente de seu colega José Eli da Veiga. Ele está na USP desde 80, e em 93, passou a ser profes-



sor Associado. Três anos antes de se tornar livre docente, esteve na Itália, dentro de um programa de colaboração científica. Ao retornar de lá com algumas economias, comprou uma Belina 84. Até hoje esse veículo serve sua esposa, uma cantora que vive de eventuais contratos de shows.

Ele vai a pé para a USP pois mora perto, num apartamento adquirido graças a uma herança deixada pelo pai, que cobriu dois terços do valor total do imóvel. Mesmo assim, ainda paga R\$ 450 de prestação e outros R\$ 250 de condomínio. Costuma almoçar num restaurante por quilo dentro do campus. Mas não todo dia, “pois pesa no orçamento”. Por isso, frequentemente faz um bom café da manhã, chega mais tarde na universidade e não sai para almoço. Nesses dias, alimenta-se de bolachas ou frutas que leva de casa.

Uma de suas filhas estudou na Escola de Aplicação da USP e hoje faz cursinho. A outra filha

fez parte do 2º Grau em escola particular, mas foi obrigada a abandoná-la no 3º ano porque Roberto não agüentou arcar com as mensalidades. Mesmo assim, a jovem entrou na FAU.

Roberto diz que houve uma queda no nível de alimentação em casa porque hoje faz compras pelo preço e não mais apenas pela marca. Só possui computador por causa do plano oferecido pela USP. Teatro, ele ainda frequenta porque sua mulher já foi atriz e ganha ingressos. Roberto é um dos 30% dos docentes de seu Instituto que tem bolsa de complementação salarial do CNPq (cerca de 900 dólares por mês), sua “tábua de salvação”.

Dos professores entrevistados, a que mais precisa criar alternativas de sobrevivência é Maria Cristina Barufi. Casada com um professor (MS5) da Faculdade de Educação, ela tem oito filhos. Quatro deles estudam na USP, se viram com xerox de livros, trabalham regularmente ou fazem serviços temporários. A renda global na família gira em torno de R\$ 4 mil.

É a segunda vez que Maria Cristina é docente da USP. Lecionou no IME de 71 a 76, quando foi “ser apenas mãe”. Morou até 90 na única propriedade da família, um sítio em Ibiúna, onde seus filhos estudavam em escola pública. Dois anos antes de deixar o sítio, voltou a lecionar no mesmo Instituto em regime de dedicação integral.

Em 93, optou pelo regime de Turno Completo, para pegar aulas em escolas privadas. Essa opção não representou ganhos diretos em remuneração, pois a deterioração salarial ocorreu em todos os níveis de ensino. Os ganhos vieram em bolsas de estudos para os filhos nas escolas em que Maria Cristina trabalha.

Sua família está instalada num sobrado de três dormitórios, cujo aluguel é de R\$ 600. A volta para São Paulo representou um gran-

de acréscimo no orçamento porque as exigências de consumo e as atividades culturais são maiores do que no sítio. Este ano, passou apertado por causa dos gastos com material escolar dos filhos menores. Para economizar, pediu livros emprestados de amigos professores.

O que lhe garante também uma boa economia em casa é a opção pela alimentação macrobiótica, onde não entra carne bovina. “Essa é uma opção sadia e corta também gastos com médicos”, explica Maria Cristina.

Dar aulas em outros níveis de ensino ou em escolas privadas não é uma alternativa para todos os docentes da USP. Existem algumas universidades que pagam um pouco melhor do que a USP, mas perdem em condições de trabalho, diz Sandra Vasconcelos. “Além disso, fizemos uma opção pela pesquisa e tenho que devolver à sociedade em forma de trabalho o investimento que fizeram em mim. Mas quero que a Universidade me permita fazer essa opção com dignidade”, acrescenta. Uma das poucas opções que ela tem para aumentar sua renda é o trabalho de tradução de livros, que não fere as normas do regime de dedicação integral.

Para Roberto Ribas, não há muitas alternativas fora da USP. Além do ensino, um físico não tem mercado de trabalho no Brasil. Mas sairia da USP se encontrasse em outra universidade um grupo experimental que lhe interessasse e “porque está insuportável viver em São Paulo”.

A bolsa de complementação salarial do CNPq que tem garantido a sobrevivência de Sandra e Roberto não é uma realidade para todos. Embora gabaritada, a maioria não consegue obter esse benefício, que, segundo Ciro Correia, tem servido para camuflar baixos salários e que acabou se transformando em um instrumento pernicioso. “O nosso salário deveria dar conta. Como não

dá, e mesmo que quisesse, não teria alternativas para complementar minha renda fora (o setor mineral no país está paralisado), eu também já tentei obter a bolsa. Só que, como muitos outros, não consegui. Essa bolsa criou uma indesejável situação de dicotomia salarial entre os docentes”.

Ao contrário do que ocorre nas áreas de Geociências, Física e Letras, onde são raras as solicitações de trabalho externo, em outras — como Engenharia, Medicina, Administração — basta o professor querer prestar serviços que o mercado é imenso.

“Teoricamente, o RDIDP — adotado por 75% dos docentes da USP — é um regime que permite fazer muito pouca coisa fora. É preciso autorização para tudo, até para conceder uma entrevista à imprensa, caso seja remunerada. Em qualquer caso de remuneração, a USP fica com 5% do que o professor receber. Na prática, no entanto, a coisa é bem mais flexível”, explica José Eli da Veiga, do Departamento de Economia, área extremamente solicitada para consultoria empresarial. Ele revela que não é um tipo padrão na Faculdade porque não presta esse tipo de serviço, “como o pessoal que trabalha nas fundações da Economia, da Administração e da Contabilidade e que tem um nível de vida bem alto”.

“Na USP, optar por ser cientista é o mesmo que fazer voto de pobreza”, reflete José Eli. “Sendo assim, as pessoas procuram se virar por fora, mesmo algumas que optaram pelo RDIDP. O regime de RDIDP é uma situação necessária pela qual se tem de passar para poder estudar, pesquisar, escrever livros, enfim, desenvolver a carreira. Quando o professor já é titular e não precisa mais de tempo para estudar, freqüentemente ele troca de regime, fica dando apenas algumas aulas na Faculdade e vai ser diretor de banco,

montar uma grande empresa de consultoria”. Segundo José Eli, para muitos desses profissionais, a atividade na Faculdade passa a ser apenas um “bico”.

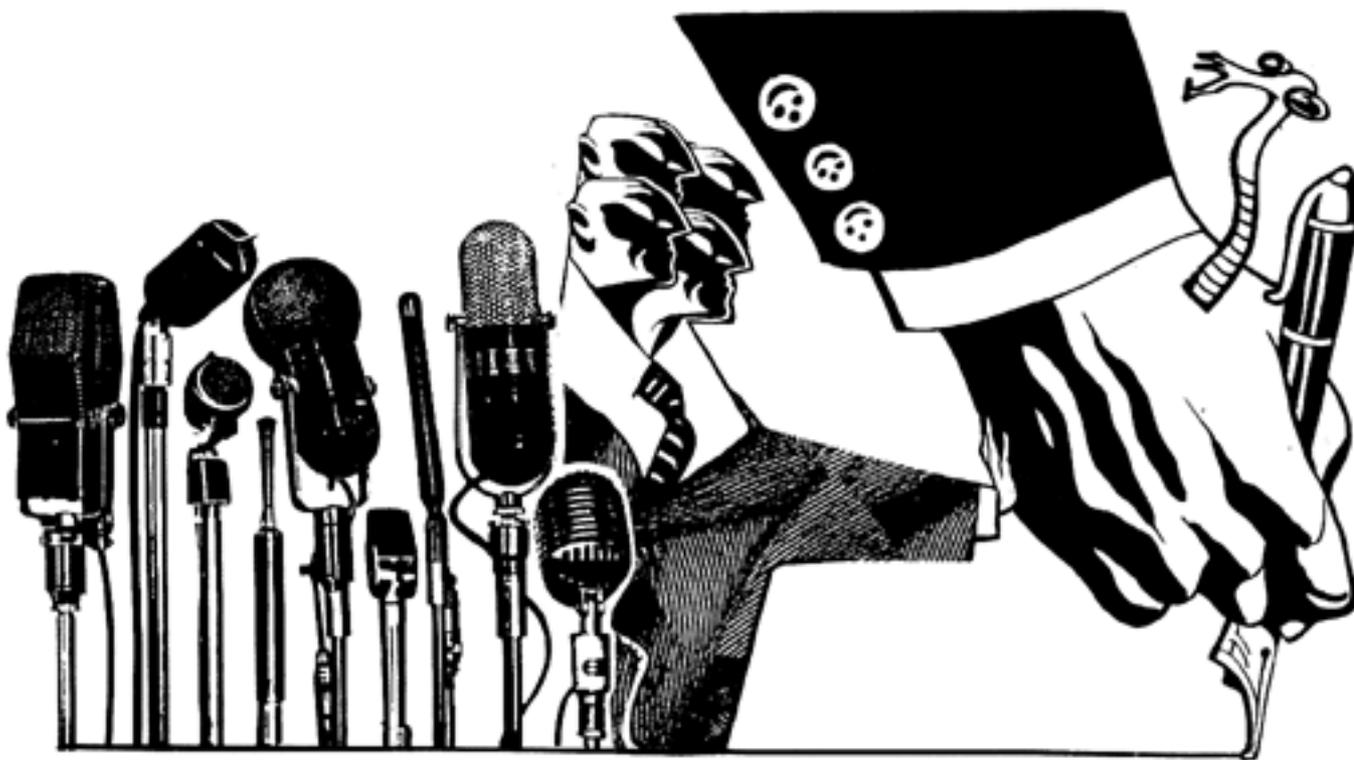
Por que eles não se desligam de vez? José Eli explica: “Por causa da ‘imagem de marca’ que a USP confere ao profissional. Quando ele publica um livro, não assina fulano de tal, dono de uma consultoria, mas professor da USP. Outra razão é a aposentadoria, o que leva muitos professores do RDIDP a burlarem a legislação, realizando um trabalho constante fora da Faculdade e sem trocar de regime. É que você só se aposenta com o salário de um determinado regime se estiver há vários anos nele”.

Ao professor, não parece ruim que os profissionais da Faculdade exerçam atividades fora dela. “Para a Universidade é importante essa diversidade. Ruim seria ter apenas pessoas submetidas a um regime de tempo integral, encasteladas, sem vivenciar o que acontece no mercado. Errado é o professor estar sob o RDIDP e realizar atividades fora. Nesse regime, acho correto que se exija tempo integral. Acho que o controle deveria ser mais rigoroso”.

Segundo sua maneira de ver, é ilusão esperar que os salários aumentem muito, pois não há dinheiro suficiente para isso. “Tenho defendido que nos reajustes salariais, o RDIDP receba um aumento maior, tenha vantagens diferenciadas”, explica ele. “O ideal seria valorizar o indivíduo totalmente dedicado à docência e à pesquisa porque isso é estratégico para o país. Deveríamos, portanto, pagar mais a esses que fizeram o ‘voto de pobreza’, mesmo em detrimento dos salários dos que estão sob outros regimes, porque não é o salário que segura estes outros profissionais na Universidade, mas a ‘imagem de marca’ que a Universidade lhes confere”.

A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL

*Menos de dez famílias controlam os meios de comunicação em todo o Brasil. Rádios, jornais, revistas e televisões estão colocadas à disposição de um seletivo grupo de empresários que selecionam o que é notícia e o que não deve ser veiculado. Professor de Ética e Legislação do Jornalismo na ECA, **José Carlos Rocha**, analisa este quadro, aponta as irregularidades na distribuição de canais de TV e mostra quanto estão lucrando as principais empresas que iniciaram a operação da TV a Cabo no país.*



O início dos anos 90 é palco, no Brasil, de vigorosa ofensiva do movimento nacional pela democratização da Comunicação, entendida como uma reforma radical dos estatutos da propriedade e dos conteúdos dos veículos de comunicação pública ou social. O entendimento geral da necessidade imperiosa e urgente da reforma é logo sintetizada na senha “sem democratização da comunicação não haverá democracia no Brasil”, passando a englobar desde a questão do monopólio classista da mídia até o problema cultural da falta de expressão individual e subjetiva, carência histórica mantida pelo monopólio.

As várias instâncias do movimento concluem que, sem a reforma da Comunicação, não haverá as demais, a agrária, a dos serviços de saúde, educação, abastecimento, nem a reforma da representação republicana, da qual depende a soberania popular.

A ofensiva brasileira do início dos anos 90 não é fato isolado na América Latina ou no mundo. Os anos oitenta haviam assistido a eventos extraordinários, como a perestroika soviética, a queda do muro de Berlim, a desmilitarização da América Latina e, por toda parte, um certo desmonte da visão arbitrária do Poder, na cultura, na política e na economia.

Quanto à Comunicação, nos fóruns e nas relações internacionais sob a égide das Nações Unidas, UNESCO e outras agências, nas disciplinas da sociologia, da antropologia, da psicologia e no âmbito das organizações não governamentais, os anos oitenta vêm surgir um conceito novo dentro de um sentimento geral. Além da liberdade de imprensa, anterior à segunda guerra mundial, e do direito à informação, proclamado pelo artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, as questões relativas à Comunicação passam a ser compreendidas sob um novo conceito: o direito de comunicar (Desmond Fischer, *Brasiliense*, 1985).

O direito de comunicar parte da verificação de que a comunicação pertence aos indivíduos e às comunidades que os indivíduos formam, não sendo,

portanto, suscetível de apropriação por quaisquer poderes (Estado, igrejas, capital). Qualquer apropriação liquidaria o espaço e as chances de desenvolvimento da inteligência coletiva.

O modo das relações de comunicação aparece, portanto, como o retrato da própria base sobre a qual se produzem as relações culturais e econômicas, assim como as sociais e políticas. Então, o direito de comunicar ativamente propõe que a liberdade de comunicação conquistada para as relações intersubjetivas institucionalizadas estendam-se ao plano público ou social. Da mesma maneira que a ausência de participação do aluno acaba com as chances de ensino e de educação, da mesma maneira, sem a participação do cidadão não há chances de comunicação pública nem de vida democrática.

Todas as pessoas nascem com cabeça para pensar e com boca para falar e todas pagam impostos. Logo, todas as pessoas têm o direito de participar da comunicação social através dos veículos existentes, uma vez que essa comunicação realiza-se no espaço público que pertence a todos e não pode ser de ninguém em particular - e que os meios de comunicação têm origem e caráter de serviço público.

O exercício do direito de comunicar exige, assim, que todos os cidadãos tenham

acesso a utilização, posse ou propriedade de meios de comunicação. Isso demanda uma reengenharia democrática para a estrutura e o sistema de comunicação social já instalados, mas essa reengenharia já está grandemente determinada pela Constituição Federal de 1988.

Democratização

O movimento nacional pela democratização da comunicação ganha, com a Constituição de 88, o reconhecimento maior possível dos valores sociais e políticos a que se recorria desde 1967, quando os militares impuseram uma constituição arbitrária, limitada e limitante para a Comunicação.

Já em 1969, surgem em São Paulo a União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), reunindo vá-

***O exercício do direito de comunicar
exige que todos os cidadãos tenham
acesso a utilização, posse ou propriedade
de meios de comunicação. Isso demanda
uma reengenharia democrática para a
estrutura e o sistema de comunicação
social já instalados. Mas essa
reengenharia já está determinada
pela Constituição.***

rias igrejas cristãs. Na seqüência, surgem a Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP), o Verão de 82, em Sorocaba, SP, com mais de 50 rádios livres numa só cidade do Interior; a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, em 1985, o Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação, 1987.

Em 1990, depois da Constituinte Congressual e logo após e por causa das eleições de 89, quando a manipulação pela mídia torna-se explícita e claramente assumida com a famosa “edição” do debate Lula x Collor, pela rede Globo, é que se inicia a insurgência dos anos 90.

No Rio de Janeiro, logo no começo do ano, seiscentas pessoas fundam um Comitê de Democratização da Comunicação. Em seguida, Comitês novos aparecem em Brasília, Belo Horizonte, Goiânia e São Paulo. Em 91, os Comitês se reúnem no Fórum Nacional pela Democratização da comunicação, que elabora um anteprojeto de reengenharia democrática constitucional para a Comunicação. Esse anteprojeto torna-se, em 1992, com melhorias e avanços, um projeto de Lei da Informação Democrática (LID), ampliado e subscrito pelo deputado Zaire Rezende (PMDB-MG) e outras lideranças partidárias (PDT, PT, PSB, PPS e PTB).

Se de 1967 a 1988, o movimento não chega à

“grande tela pública” da mídia, como se não houvesse existido, a partir de 1990 busca existência social concreta, malgrado a mídia. O lance baseia-se na idéia de que a manipulação da Comunicação, de caráter massivo, precisa ser combatido também massivamente e inclui um crédito de confiança num estoque de adesão social incalculável à democratização da comunicação como causa nacional (e universal).

Fatos vêm confirmar. Com o lançamento da LID e de uma campanha nacional de apoio à regulamentação constitucional, em forma de abaixo-assinado, o Fórum Nacional ganha, em 92 e 93, a adesão de bases populares, sindicais, sociais e políticas. Nasceram mais 41 Comitês regionais de Democratização da Comunicação e nada menos do que 30 novas grandes entidades nacionais formalizam sua adesão (ANDES, CUT, CGT, UNE, ENECOS, FENAJ, FITEL, FITERT, ANEARTE, Movimento Nacional de Rádios Livres, partidos políticos, entre outras). Isso torna possível agitar a democratização da comunicação em pelo menos 17 Estados, inclusive com apoio da mídia regional, junto a cerca de 30 milhões de pessoas, sem praticamente nenhum apoio financeiro de qualquer entidade. Apenas as bandeiras constitucionais da Lei de Informação Democrática, apresentadas resumidamente no box.

Em 94, o movimento cede espaço ao embate polí-

Lei de Informação Democrática

Para revolucionar as relações sociais e políticas no Brasil, ampliando o mercado de trabalho, conferindo utilidade social às emissoras de televisão e permitindo à própria população assumir o processo da comunicação social, a LID, que se encontra em tramitação na Câmara Federal, estabelece:

Imprensa e Verdade: não haverá restrição à liberdade de informação jornalística e a verdade dos fatos poderá ser revelada em todos os casos.

Liberdade de transmissão municipal: todas as pessoas terão liberdade de acesso às informações existentes em repartições públicas de qualquer natureza.

Direito de Antena: entidades e movimentos de caráter estadual ou nacional terão direito a horário gratuito no rádio e na televisão.

Fim do monopólio e da multimí-

dia: ninguém poderá controlar mais de 30% da comunicação social em um Estado ou no país. Ninguém poderá ter rádio, jornal ou revista, e televisão ao mesmo tempo.

Garantias profissionais: jornalistas, radialistas e artistas poderão invocar a cláusula de consciência contra tarefas contrárias à ética profissional e ao interesse público. Jornalistas terão o direito de assinar suas matérias, de guardar o sigilo da fonte e a participar do Conselho Editorial.

Rádios e Têvês Públicas: cada município terá direito ao menos a uma emissora de rádio e outra de televisão a serviço da cultura, das artes, do jornalismo e da educação. Serão emissoras públicas (nem governamentais nem privadas) administradas pela própria sociedade através de fundações.

Regionalização da produção:

quarenta por cento da programação das emissoras de rádio e televisão serão ocupados por produção local e regional.

Pluralidade de versões: os veículos informativos publicarão sempre os dois lados de toda a questão, com as versões simultâneas das partes envolvidas.

Cinema e vídeo: as emissoras de televisão divulgarão, uma vez por semana, filmes e documentários nacionais, estimulando e apoiando a produção independente.

Privacidade e direito a resposta: a honra, a vida privada, a intimidade, a autoria intelectual e a imagem das pessoas não poderão ser violadas. O direito a resposta será amplo, seguro e rápido.

Atendimento ao público: todos os serviços de comunicação terão um serviço de atendimento ao público (ombudsman).

tico de eleições quase gerais, com a situação de Comunicação pública entrando num declive de degradação que se agudiza neste começo de 95. As eleições são comandadas pela mídia (antes que a LID seja votada) e o sistema impõe medidas provisórias para reformar a Constituição rumo ao neoliberalismo, do qual participa a implantação especiosa da era da tevê paga no país, com sua indispensável Lei da TV a Cabo.

As eleições e a mídia

Durante as eleições de 94, a legislação especial oferece gratuitamente aos cidadãos mecanismos para enquadrar rigorosamente crimes de manipulação pela mídia, especialmente a eletrônica, contra o voto consciente dos eleitores. Um dos dispositivos prevê que nenhuma emissora, de rádio ou televisão, pode manifestar posição favorável ou desfavorável a candidato, partido ou coligação. A pena é de suspensão da emissora por 24 horas, detenção do diretor responsável e multa de até 10 mil UFIRs, dobrada em caso de reincidência.

A mídia utiliza, no entanto, um alibi moral (necessidade de moeda forte) para afrontar a legislação e a ética, atuando junto com o candidato oficial, a máquina estatal e o poder econômico. Num rolo compressor, a mídia eletrônica exercita descomunal ilegalidade (pior do que nas eleições de 89), em meio a euforias e espalhando esperanças que precisam ainda de justificação.

Agora, entre as primeiras medidas provisórias para reforma da Constituição, o governo FHC inclui uma para a privatização das telecomunicações, mas esta, ao contrário das demais, não faz remissão a qualquer provisão legal, deixando a futuro arbítrio do Executivo qualquer iniciativa nesse campo.

Não podendo contrariar a Constituição Federal no que diz respeito à comunicação social, fundada em cláusulas pétreas (garantias fundamentais dos direitos individuais e coletivos) não passíveis de reforma ou revisão, o governo abre caminho ao desmantelamento dos serviços básicos, dos quais depende a Comunicação. As organizações Globo, que já detêm a TV aberta e agora a TV a Cabo, poderão ter seus próprios satélites e seus próprios troncos de telecomunicações, junto com parceiros estrangeiros.

Anarquia institucional

O caso da lei de TV a Cabo, nº 8.977, de fevereiro deste ano, exemplifica concretamente a imposição de metas neoliberais baseadas no absolutismo mercadológico, ainda que à custa da correlata imposição da anarquia institucional. Publicada, a lei se revela um saco de inconstitucionalidades contundentes em flagrante descaso à Constituição política do país, pelo qual o Legislativo e o Executivo assinam sua autonegação.

Ao menos se explica. O novo sistema de tevê paga, por assinaturas e taxas mensais, já está funcionando em 72 grandes cidades e capitais estaduais, com 59 estações cabeadoras conectando centenas de milhares de domicílios. Os exploradores do novo negócio, que, em sua maior parte, ganharam as novas

concessões com a recém promulgação da lei, têm diante de si a possibilidade atual de um faturamento da ordem de US\$ 63 (sessenta e três) bilhões.

Das 59 estações de TV a Cabo já em funcionamento, as organizações Globo tem controle direto sobre 41 e são sócias de outras onze, através da NET Brasil e da NET São Paulo. Essa é a primeira inconstitucionalidade, pois o § 5º do artigo 220 da Constituição federal

determina que “são vedados o monopólio e oligopólio, direto ou indireto, nos meios de comunicação social”, o que, de rigor, impede a Globo de participar do negócio. Mas, controlando já 75% das estações de TV a Cabo, ela ganha com a nova lei nada menos do que 4.340 novos canais (setenta por estação), em concessões que duram 15 anos.

Com o preço médio de R\$ 170,00 por assinatura de adesão, e de R\$ 38,00 de taxa mensal, a tevê paga já conseguiu 500 mil assinantes (entre 91 e março de 95), havendo uma estimativa de programadores brasileiros, publicada pela revista argentina Prensário & Cable, de que os domicílios assinantes chegarão a três milhões no fim do próximo ano. Outras estimativas dão conta de que serão oito milhões até o fim do ano dois mil, sendo este o mercado existente, hoje, no Brasil: oito milhões de domicílios que abrigam as pessoas mais ricas e mais cultas do país.

A tevê paga faturou cerca de meio bilhão de dólares no período embrionário (1991-1994), com assinaturas, taxas e publicidade. Só com assinaturas e taxas, faturará mais US\$ 14 bilhões nos próximos cinco anos, e outros US\$ 32 bilhões nos dez anos se-

Num rolo compressor, a mídia eletrônica exercita descomunal ilegalidade (pior do que nas eleições de 89), em meio a euforias e espalhando esperanças que precisam ainda de justificação.

guintes. A esses sub-totais é necessário acrescentar mais US\$ 3,6 bilhões de publicidade e mais US\$ 5 bilhões de aluguel e arrendamento de canais (pela lei, 30% dos canais serão para esta finalidade).

Os cálculos acima não incluem o possível crescimento do mercado nem o fato de que a TV a Cabo é o começo da implantação das chamadas “super rodovias da informação” que integram tevê, computador e telefone, permitindo a transmissão de informações à velocidade da luz e a realização de negócios à distância mas em tempo real.

Outras ilegalidades

A lei da TV a Cabo realiza, também, a privatização de serviços básicos de telecomunicações (redes cabeadoras), que a Constituição reserva a empresas estatais. Ao mesmo tempo, uma estação de TV a Cabo só pode ser “empresa jurídica de direito privado”, quando a Constituição estabelece que “a radiodifusão obedecerá ao princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (art. 223). Essa instituição do monopólio privado para o setor exclui, por exemplo, a USP ter uma TV a Cabo, assim como o Hospital das Clínicas, nos dois quarteirões onde se encontra, ou qualquer entidade civil sem fins lucrativos.

A lei da TV a Cabo veio “legalizar” uma situação de fato, uma vez que transforma 101 antigos Serviços de Distribuição de Sinais de Televisão (DISTVs), por meios físicos, em estações de tevê a cabo. Ao fazê-lo, a lei outorgou milhares de concessões de canais de tevê, quando cada concessão deve ser iniciativa do Executivo com efeito legal após aprovação, uma a uma, pelo Legislativo (art. 223 e parágrafos).

Com tantas inconstitucionalidades, vê-se que a “legalização” pretendida veio de acordo não com a Constituição atual, mas segundo a reforma constitucional futura que pode até não haver.

A lei tem, no entanto, um ponto positivo: cada estação de TV a Cabo terá um “canal comunitário”, a ser utilizado pelas ONGs e sociedades sem fins lu-

crativos, desde que tragam a produção pronta, sendo esta abertura da lei uma forma também de instituir “clientes de produção”. Nos EUA, os canais desse tipo têm o nome de canais de acesso público, mas as estações são obrigadas, por lei federal de 1972, a realizar toda a produção, sem ônus para os usuários desses canais.

Enfim, há ainda o registro de que a lei da TV a Cabo foi votada em regime de “urgência urgentíssima”, com o voto das lideranças partidárias da Câmara, em meados de setembro (a poucos dias das eleições), das lideranças no Senado em dezembro, e sancionada pelo presidente em janeiro último. Sem plenários, sem emendas e sem vetos, sem debate público e sem consulta ao interesse social.

Afastar-se da Lei Básica do país, tentar reformá-la por falaciosas razões, produzir leis imprestáveis para a construção democrática, ou colocar-se na primeira das sete classes de ladrões do Talmud - aquele que rouba a mente dos outros através de mentira-, não parecem formas seguras de proteger-se da Fortuna.

O momentâneo agravamento da degradação da Comunicação parece indicar uma profunda degenerescência dos valores sociais, que a Lei da TV a Cabo explicita. Mas, é uma degenerescência encastelada no topo do sistema, do qual

ele é o próprio produtor de outras conhecidas patologias induzidas pela mídia televisiva.

Nos últimos doze meses, o número de rádios livres (“piratas”), elevou-se de 500 para 1.000, indicando que o sucesso relativo de imposições e induções do sistema não faz da Constituição de 88 uma sonoridade que acabou. Essa ampliação da liberdade de expressão deve-se a uma decisão do juiz federal Cazem Masloum, em São Paulo, aplicando dispositivos constitucionais.

Vale ressaltar que o novo impulso das rádios comunitárias livres é produto apenas da sociedade desorganizada - da qual não fazem parte sindicatos, associações, correntes ou partidos políticos, nem outras entidades da chamada sociedade civil.





Cartas

Réplica

“As Comissões de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão têm, por força do Estatuto vigente, a liberdade para escolher seus presidentes. Essa liberdade tem-se mostrado eficiente, possibilitando o diálogo não só com o Diretor da Unidade, como também entre as Comissões. Discordo do colega J. R. Drugowich de Felício - Os desafios que a USP precisa enfrentar - Revista Adusp número 1 (dezembro de 1994), quando sai em defesa da idéia de que os presidentes das Comissões devem ser escolhidos pelo Diretor da Unidade. Acredito que o colega esqueceu-se que, se os presidentes das Comissões fossem de livre escolha dos Diretores eles seriam ad nutum, e isto poria por terra qualquer trabalho ou qualquer idéia, que não recebesse o beneplácito dos senhores Diretores. O Estatuto vigente evita, sabidamente, o domínio ditatorial e favorece o diálogo. As Comissões têm liberdade de ação e possibilita, que professores eleitos por seus departamentos lutem sem a ingerência do poder central das unidades. A autonomia das Comissões e a liberdade de ação colabora com a diminuição do poder oligárquico que existe nas Unidades, uma vez que a monarquia das cátedras foi substituída pela oligarquia departamental. O Estatuto vigente, também, sabidamente, reduz o poder da oligarquia, pois a escolha dos nomes que compõem a lista triplíce de Diretor e Vice-diretor não ficam mais restritas à pequenos grupos e sim, a um colegiado muito maior e mais difícil de sofrer ação de um poder centralizado. Da mesma forma a escolha do Reitor e do Vice-reitor, sofre a avaliação

de um contingente muito mais amplo do que o Conselho Universitário. A política de um Diretor deve refletir o pensamento e aspirações de todos os que trabalham em uma Unidade. Não há mais lugar para sonhos pessoais de Diretores. Há lugar para sonhos coletivos e isto é obtido por meio de muitos diálogos e debates. Espero que a USP transforme o meio em que ela está inserida, mas também transforma-se constantemente para acompanhar o progresso e ser sempre jovem. Assim, recuar no tempo e permitir que Diretores de Unidades comandem todas as Comissões nomeando seus prepostos é voltar ao passado, reforçando o corporativismo e mantendo a oligarquia.

Quanto à Revista Adusp, cumprimento-os pela excelente qualidade. Publicações como esta é que realmente levam a Universidade a refletir sua grandeza e contribuição à sociedade.”

Prof. Dr. Jesus Djalma Pécora

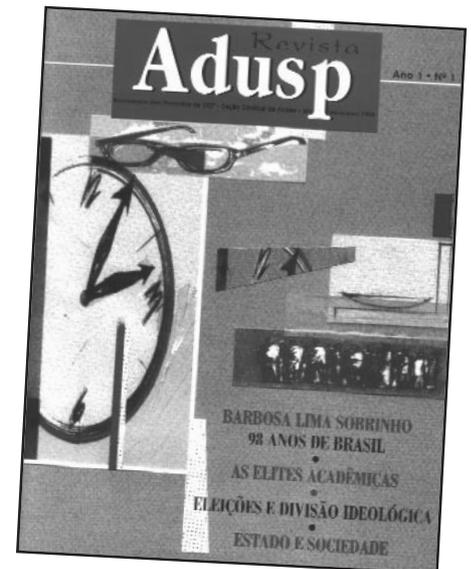
Professor Associado do Departamento de Odontologia Restauradora da FORP/USP

Congratulações

“Foi um duplo prazer para mim receber aqui em Londres a Revista Adusp, número um. Primeiro porque como militante do movimento docente, desde os anos 70, sempre defendi a idéia de que nossas entidades deveriam combinar a luta sindical com a defesa da qualidade acadêmica. A Revista a Adusp torna pública essa política. E depois, como jornalista, pelo nível profissional da publicação. Dá gosto ler. Parabéns”.

Prof. Dr. Laurindo Lalo Leal Filho

Londres, Inglaterra



“A diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense e a sua assessoria de imprensa parabenizam esta entidade pelo lançamento da Revista Adusp. A iniciativa demonstra que a Adusp está afinada com as propostas discutidas em setembro de 94 no I Seminário de Comunicação Social da Andes, em Salvador. Convencidos da importância da comunicação no mundo atual, entendemos que o movimento sindical e, em particular o movimento docente, não pode mais prescindir deste recurso como instrumento de informação, unidade e mobilização. Esperamos que o novo projeto frutifique e sirva de exemplo para outras Associações Docentes”.

ADUFF

“Registramos nossa satisfação de receber o número 1 da Revista Adusp. Cumprimentos”.

Luiz Henrique Schuch

Presidente da Andes

A Revista Adusp se reserva o direito de publicar trechos representativos das cartas recebidas.